

Cachoeira em
Crônicas
COTIDIANO

Jeferson Selbach

Cachoeira do Sul
2005

Copyright © 2005 by Jeferson Selbach
Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)

S464c Selbach, Jeferson Francisco.

Cachoeira em crônicas : cotidiano /
Jeferson Francisco Selbach. – Cachoeira do
Sul : Ed. do Autor, 2005.

96 p.

ISBN 85-905426-2-9

1. Crônica. 2. Literatura Brasileira.

I. Título.

CDU 869.0(816.52)-94

CDD 869.987

Bibliotecária Responsável:

Simone Costa da Silva CRB/10-1564

Revisão: Ivouny Dargelio Maciel

Direitos reservados à Jeferson Francisco Selbach.

Rua General Portinho, 1701 - térreo Cachoeira do Sul/
RS - CEP 96508-061 - jfselbach@hotmail.com

Capa: fotografia de 1928, antiga Avenida das Paineiras,
praça José Bonifácio, Cachoeira do Sul. Cedida pelo
Museu Histórico Municipal - Patrono Edyr Lima.

Este livro foi autorizado para domínio público
através do site <http://www.dominiopublico.gov.br>, com
Licença Creative Atribuição-Uso Não-Comercial-Não
a obras derivadas 2.5 Commons, licenciado no site
<http://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>.

De acordo com a Lei n.10.994, de 14/12/2004, foi feito
depósito legal na Biblioteca Nacional

Sumário

Sviluppo Cachoeira!	5
Nostalgia	7
Bandeira simbólica	9
Kamikaze social	12
Aceita bala de troco?	15
Sinto versus cinto	18
Picareta certa	20
Diálogo	23
Ding-dong infernal	26
A dor do fiador	28
Em se plantando tudo dá...	31
Bancos, filas e outras chatices	34
Contas, juros & Cia Ltda.	37
Conta d'água	40
Cidade de papel versus cidade real	42
Alcoólatras Anônimos	45
Alô, alô CRT	48
Tolerância zero	51

Baú da felicidade	53
Desenvolvimento turístico	56
Repercussão	59
Cidade Turística	61
Quem casa quer casa	64
HCB X Prefeitura	66
Acidente de trânsito	69
Correios	72
Apenas bons amigos	75
Compras de natal	78
Estacionamento	82
T-Liga no ECA	85
T-Liga de novo no Patronato	87
Blitzkrieg	90
Tratoração	93

Sviluppo Cachoeira!

A Umbria, terra dos italianos São Francisco de Assis e Santa Rita de Cássia, está na vanguarda do desenvolvimento econômico. A região nada faz de revolucionário, só o dever de casa, desde a década de 50. Eles têm um mecanismo de atração de investimento, baseado em micro e pequenas empresas. Lá tem uma agência de desenvolvimento chamada Svilupumbria. Seu diretor, Vinicio Bottacchiari, esteve na capital mês passado, defendendo a cultura do “empreendedorismo local”.

Como na região não havia latifúndios (propriedade rural, característica de países subdesenvolvidos, de monocultura e com terras incultas, explorada por um só proprietário, que utiliza mão-de-obra não especializada, mediante salário muito baixo), apenas pequenas propriedades agrícolas, “cada família se

transformou numa pequena empresa”. É o que chamaram de “Família Ltda.”.

Diferente dos mastodontes que são as grandes corporações multinacionais, as pequenas empresas têm a vantagem da flexibilidade na produção. “Temos competência e know-how para trabalhar com aço, que não precisa ser usado para fabricar carros. Se a Fiat está em situação crítica, o sistema não, porque pode fornecer para outros setores”, explicou Bottacchiari.

Este espírito empreendedor, pasmem, não depende de verba pública. Segundo o diretor da agência, o maior desafio é desenvolver recursos humanos, despertar a capacidade de arriscar e de lançar um negócio próprio. O apoio da organização vai na orientação das empresas com pesquisa tecnológica universitária, para que estas aproveitem as oportunidades do território. Além disso, a região conta com uma eficiente administração pública, o que não quer dizer aprovar investimentos a toque de caixa, no afã (desespero) de não deixá-los ir embora.

Por esta razão, ele afirma que “incentivos atraem apenas especuladores”. Ao buscar investimento de verdadeiros empreendedores e não “caçadores de dotes”, evita a instalação do que chama “catedrais do deserto”, empresas que

não criam nada ao redor de onde se instalam, não trazem nenhum desenvolvimento ao território, só se aproveitam do subsídio e do baixo custo do trabalho.

Se Cachoeira do Sul está sedenta por soluções que tragam desenvolvimento, a experiência desta região italiana cai como uma luva. Ao invés de tentar desesperadamente atrair uma empresa de grande porte, que traz somente empregos e não desenvolvimento (quem lembra dos calçadistas?), a cidade pode e deve pensar no potencial local, a fim de estancar a sangria de jovens empreendedores cachoeirenses migrando para outras regiões.

Para isso, é necessário, antes de tudo, auto-estima.

Tafá! É uma boa campanha. Sugiro até o slogan: “Cachoeirense, depois da vitória da seleção, não deixe sua estima cair no chão!”

Nostalgia

Nada é mais perfeito, moldável e utópico do que o passado. Tudo o que se pensa que aconteceu, de fato não aconteceu como se pensa, até porque a memória é fraca e coisas ruins só servem na hora da discussão familiar, quando um

joga na cara do outro aquilo que já deveria estar morto e enterrado.

O pretérito pode tomar o caráter de felicidade ou de infelicidade, depende de quem está fazendo o *review* (exercício de rememoração). Um otimista lembra da alegria ao ver o filho que nasceu, mas se esquece das horas de sono perdidas devido ao incessante choro do rebento; já o pessimista irá lembrar do polpudo cheque que deixou na maternidade, mas se esquece das lágrimas por ser pai.

Tem aquele que insiste em olhar o passado com aquilo que chamo de visão pastoral. Este costuma dizer que antigamente as coisas eram melhores: não havia assaltos, corrupção e fome; sobrava honestidade, solidariedade e emprego. É algo como ver na cidade de ontem a paródia do filme *Como era verde meu vale*.

Para Cachoeira do Sul, é ainda mais presente esta questão da nostalgia, entendida como a melancolia produzida pela saudade do passado ou apego às glórias de outrora. Com a pujança econômica nos áureos tempos do arroz irrigado, explorou a idéia de progresso ao mesmo tempo que cultivou suas tradições. Com a decadência econômica, apega-se aos feitos passados, como se eles pudessem trazer de volta o tão sonhado

progresso. Desta forma, a cidade parece se acomodar, deitar em berço esplêndido.

Na famosa história do Fausto de Goethe, há uma força vital que anima o heróico personagem, um impulso que Marshall Berman chamou de desejo de desenvolvimento. A bola da vez é aspirar à mudança, ir efetivamente em busca dela, procurá-la de maneira ativa. Deve-se aprender a não lamentar com nostalgia as relações fixas e imobilizadas de um passado real ou fantasioso, se empenhando na renovação.

Se nostalgia é um sentimento que emperra o crescimento de uma comunidade, não é preciso abandonar a Princesa do Jacuí para deixar aflorar este desejo de desenvolvimento.

As respostas às nossas dúvidas não estão lá onde elas nunca existiram, mas em nós mesmos, que as criamos.

Bandeira simbólica

Xenóforo é aquele sujeito que tem aversão ao estrangeiro. Não é difícil encontrar um típico exemplar passeando pela cidade. Aliás, cada um de nós carrega consigo um pouco deste sentimento de aversão aos gringos. Pode-se chamar de bairrismo, amor às origens ou outra coisa que o valha, ambos trazem este componente xenóforo.

Claro que com o advento da globalização, muitos passaram a ver aquilo que é estrangeiro como o melhor. De qualquer forma, ainda somos impregnados, lá no fundo, desta vontade de fazer parte de uma comunidade e estreitar os laços com ela.

Uma mostra clara do que falo pôde ser vista esses dias. Um comerciante resolveu colocar em frente a sua loja uma bandeira de Cachoeira do Sul. Está lá, fulgurante, chova ou faça sol. Achei o gesto simbólico muito bonito. A imprensa deu destaque merecido e a inauguração, ou hasteamento, como queiram, teve direito a discurso (até porque é época eleitoral).

Passado uns dias, precisei de um material e não tive dúvida, fui à loja da bandeira hasteada. Lá chegando, demoraram para me atender, devido ao grande movimento, diga-se de passagem (acredito que outros tiveram a mesma idéia que eu). Fiquei algum tempo escorado no balcão e um rapaz jovem veio ver o que eu queria. Solicitei o preço e as condições de pagamento do material, um piso de borracha. O valor era igual ao de uma grande loja de materiais de construção “estrangeira”, que eu havia consultado previamente. Só que, na loja da bandeira hasteada, o prazo era menor. Fiz a contra-proposta (o natural

choro): levaria o material se eles fizessem as mesmas condições de pagamento (ao invés de três vezes, cinco vezes). O vendedor foi duas vezes ao escritório e voltou com a resposta negativa. Disse que eu deveria trazer um comprovante da outra loja para poder vender nas mesmas condições, ou poderia pagar os juros, o que vai contra minha natureza.

Sei que, nas cidades em que todos se conhecem, é comum a relação cliente/empresa se basear na amizade entre aquele que compra e o que vende. “Ai do vivente se comprar na concorrência”, habitualmente se ouve. Ou de basear o marketing simplesmente na questão do pertencer à comunidade, como é o caso da rede de supermercado que adotou o slogan “compre aqui, é de Cachoeira” depois da inauguração do concorrente.

Fico a pensar na validade de uma gesto simbólico como o da bandeira hasteada, sem a recíproca do profissionalismo empresarial. De pouco adianta tais simbolismos apelativos, ainda mais para um consumidor que, aos poucos, como disse antes, passa a acreditar que tudo que é estrangeiro é melhor.

Continuo gostando muito da bandeira hasteada em frente a loja, mas fui comprar na loja estrangeira por pura inabilidade do jovem vendedor e da falta de visão empresarial/profissional do proprietário. Talvez seja o caso dele recolher a bandeira e ir se atualizar num dos vários cursos disponíveis no mercado.

E isto vale para todos nós que, de alguma forma, carregamos um sentimento parecido.

Kamikaze social

A campanha de um tradicional clube local para novos sócios traz um estigma interessante: quem mora na cidade mas não se associar, não poderá assistir os eventos promovidos pelo clube, mesmo que pese o fato de querer pagar pelo ingresso. Assim, se você for cachoeirense mas não for sócio e quiser ir ao baile de carnaval, esqueça. É melhor assistir o de rua.

Esta jogada arriscada em muito se assemelha aos ataques suicidas realizados pelos pilotos de avião japoneses, mundialmente conhecidos por kamikazes, que literalmente se jogavam contra os navios de guerra aliados. Na vã esperança de que muitos vão se associar por não querer ficar de fora dos grandes

acontecimentos sociais, o clube acaba apostando num futuro incerto e duvidoso.

Explico: o mais importante para quem vai num baile é que outras pessoas também estejam nele, para não correr o risco de beber ou dançar sozinho no meio do salão. Este princípio do ver e ser visto é tão importante nas casas noturnas que praticamente em todas elas só é possível saber se a casa está cheia ou vazia entrando. É tipo armadilha para animais: uma vez lá dentro você não vai querer sair sem antes aproveitar cada centavo do dinheiro do ingresso. E isto é levado tão a sério que muitas boates dificultam propositadamente a entrada para que se aglomerem pessoas na frente. Quem passa e olha as longas filas é levado a acreditar que ali é o *point* da noite.

Impedindo o acesso de cachoeirenses não-sócios, se elimina uma parcela considerável de público. Pode-se argumentar que estão selecionando as pessoas e só aquelas que têm vontade e dinheiro suficiente para pagar uma mensalidade estarão lá, logo, fazer parte da *high-society*, nem que seja por poucos instantes, tem seu preço. Na prática não é bem assim. Poucos são os que acreditam na necessidade de manter um *status quo* aparente (ser sócio de um tradicional clube faz parte). Os valores mudaram e muitos se

aperceberam que é mais proveitoso mandar a filha debutante viajar a pagar um baile, instalar uma piscina em casa a ir na do clube, pagar canais de televisão por assinatura a passar a tarde numa área verde.

Neste contexto, os eventos promovidos por uma sociedade que limita o público não pelo valor do ingresso, mas pela opção de ter se associado ou não, acabam esvaziados pois quem não se associou acaba indo para outro lugar se divertir. Quem se associou, vai acabar indo junto pelo baixo movimento de pessoas (claro que sempre tem aqueles que gostam de beber ou dançar sozinhos).

Se você for cachoeirense mas não for sócio e quiser ir ao baile de carnaval, não esqueça: todos vão estar na rua, como já vem ocorrendo nos últimos tempos. A menos que a campanha fique só na propaganda e nos próximos bailes o clube feche os olhos para os não-sócios cachoeirenses e deixe-os entrar, desde que paguem o ingresso, obviamente.

PS: Escrevi esta crônica depois de ouvir as lamúrias de uma amiga que foi impedida de entrar num baile em outubro, pois, era sócia, mas estava com a mensalidade atrasada. Ela queria pagar o ingresso mas exigiram que ela colocasse

em dia sua conta. Só resolvi escrever sobre o tema depois de confirmar o fato num anúncio onde se lê: “não será permitida a entrada de não-sócios residentes no município”. Posteriormente, li que o clube vai abrir uma exceção no baile de carnaval, contradizendo o anunciado (até porque a campanha para novos já acabou e como dizia meu pai: “antes de meter tudo prometer, depois de metido tudo prometido”).

Aceita bala de troco?

Bala é como se chama aqui no Brasil uma pequena guloseima de consistência firme, feita com calda de açúcar aromatizada e acrescida de corantes, ou de ingredientes com sabores diversos. Normalmente ela vem numa embalagem convidativa, principalmente para as crianças. Que o diga minha sobrinha pequena: é só ver uma bala cor-de-rosa que pede para comprar pra ela.

Aqui em Cachoeira do Sul, nos supermercados, bala também designa o troco das compras. Digo isto porque em todas oportunidades que fiz compras nestes estabelecimentos, a operadora do caixa perguntou se eu queria, ao invés de 1, 2, 3, 4 e até 5 centavos, uma balinha de troco. Sempre respondo, com a maior cara de tacho que se pode imaginar, que aceito só se puder

pagar posteriormente as compras com as próprias balas. Aí começa a romaria: toca campainha chamando a operadora central pedindo moedas de 1 centavo porque um cliente mala exigiu seu troco como se isso fosse uma afronta ao bom senso pois não sabe ele que a tal moedinha é tão escassa nas caixas registradoras que o dono resolveu sortear brindes para quem pagar suas compras com moedas e os outros clientes na fila já começam a ficar impacientes que a operadora me deixa num canto esperando o insignificante troco.

Um senhor viajado, amigo meu, ouviu atentamente minhas lamúrias por causa do tal 1 centavo de troco pago em bala e me contou uma história que ocorreu com ele, na Alemanha. Acostumado a deixar o troco para a moça do caixa, fez isso lá e foi chamado de volta. A moça ficou ofendida e disse não precisar de esmolas.

A febre das lojas 1,99 se deu com base justamente neste aspecto. Não custa R\$ 2, até porque este valor parece ser mais do que é, mas R\$ 1,99, o que, psicologicamente, é mais convidativo. Para os norte-americanos, de onde o conceito destas lojas veio, é impensável comprar algo que custe um valor cheio, como R\$ 8 mil. Mas se for R\$ 7.999,99 é oferta imperdível. Mesmo num valor tão alto, eles exigem o troco

até porque estimam tanto seu dinheiro que colocaram impresso nele “Em Deus nós acreditamos”. O engraçado que nestas lojas de 1,99 sempre te devolvem o troco, mesmo que você nem esteja pensando nele.

Mais engraçado ainda é nos supermercados que falei. Sistemáticamente eles não têm troco, a ponto de eu pensar que ambos brigaram com o banco que fornece o troco. Claro que o contador de tostão vai afirmar que isto se dá porque se em cada compra o caixa registrador vender uma bala ou não dar a afamada moeda, o lucro no final do mês será considerável, por isto desta prática ter se tornado algo normal.

Não sei se é o caso de algum órgão público (Defensoria? Procon? Sei lá!) entrar na jogada e multar a empresa que não der o troco total. O mais certo é eu me resignar e começar a aceitar balas, não sem antes fazer um plano de saúde que inclua tratamento dentário, até porque logo logo vou precisar, de tão bom que é comer bala (ou chupar, não sei exatamente qual é o verbo correto) e só escovar os dentes antes de dormir.

De qualquer forma fica a sugestão: você cidadão, acostumado com a desconsideração, de tostão em tostão terá um monte de bala na mão!

Sinto versus cinto

Quando se diz que uma pessoa é a “ovelha negra” da família, é porque ela se sobressai no grupo por suas más qualidades, por seu mau proceder. Quem nunca ouviu aquela tia fuxiqueira dizer que “desde criança é a ovelha negra da família”? Advogando para o tal “diabo”, dá para alegar que ele não é ruim de um todo, só é “diferente” ou “contestador” (rebelde). Ao invés de ficar sentado quietinho como o pai mandou, prefere infernizar as visitas. Para não passar vergonha na frente delas, o pai diz que é uma criança “ativa” e depois lhe dá uma surra na cozinha.

O que importa é que somos uma sociedade de indivíduos diferentes com algumas coisas em comum. Por exemplo: sonhos, todos temos. Os da maioria referem-se a coisas materiais, tipo automóvel, casa própria ou DVD. Nos últimos anos, a carreira profissional está em voga no quesito “desejo veemente”, não só pelo salário de marajá almejado mas pela própria realização pessoal que proporciona auto-estima, massagem do ego, etcétera e tal. Poucos têm sonhos para melhorar a moral, como ser mais caridoso e menos egoísta, mais humilde e menos vaidoso. Até porque estes entram nos desejos que fazemos nas

orações e que cabe a nós mesmos, portanto irrealizáveis a curto prazo. E diferentes somos, isso ninguém nega. Caso contrário poderíamos resgatar os casamentos arranjados pelos pais, uma vez que casar com este ou com aquela não faria diferença.

Por sermos assim tão iguais e diferentes ao mesmo tempo é que, em algumas vezes, agimos da mesma maneira que os outros, e, em outras, agimos em acordo com a nossa própria vontade. O sociólogo Max Weber explica que agir em sociedade implica em racionalidade (ou irracionalidade), porque parte de quem age. Nosso agir em sociedade pode ter um objetivo claro (fim específico), pode ser com base numa tradição (valores), pode ser regular (todos agem assim) ou pode ser de forma afetiva (esta irracional). Esses tipos de ações se confundem entre si, adverte ele.

Um exemplo bem simples que demonstra de maneira inconfundível como agimos tanto pelos agir dos outros como pela nossa própria vontade é a do cinto de segurança. Para quem vem de cidades maiores, com trânsito intenso e fiscalização rigorosa, usa o cinto de forma quase automática: abre a porta, senta no banco, atrela o cinto, liga o carro e vai embora. Se vem para Cachoeira do Sul, perde aos poucos este hábito. Como poucos são os que usam o cinto de

segurança nas ruas da cidade, e como os “amarelinhos” preferem ficar na sombra agradável (normalmente em bandos), o motorista acaba se vendo como “ovelha negra” (ou diferente) por usar o cinto.

Isto até receber uma multa pesada ou sofrer um grave acidente. Aí, sem cinto, sinto muito...

Picareta certa

Cachoeira do Sul é uma terra complicada de se entender, ainda mais para quem vem de fora, de uma cidade que, em nome do progresso, derrubou prédios históricos, asfaltou desmedidamente as ruas e tornou-se uma pseudo-micro-metrópole terceiro-mundista. Lá em Novo Hamburgo isto tudo teve início em meados dos anos 70, quando o pensamento norte-americano veio na carona dos importadores de calçados. Querendo se parecer como as *downtowns Yankees*, as casas em estilo germânico foram substituídas por prédios envidraçados, numa típica transformação simbólica: a cidade não queria mais ser lembrada como uma zona de colonização alemã.

Aqui em Cachoeira, esta aculturação ocorreu de forma mais amena, por conta da própria

tradição conservadora e da escassez econômica, até porque para ocorrerem transformações são necessários recursos. Por esta razão, em alguns bairros da cidade, principalmente nos mais antigos, ainda existem casas antigas habitáveis. Esta peculiar situação produziu uma outra realidade: devido a um plano diretor produzido por técnicos com pouco senso estético e social, ao lado de construções antigas ergueram-se prédios modernos, descaracterizando todo contexto visual.

Se fala tanto em soluções para a crise cachoeirense, sempre com o intuito de querer transformar a cidade em pólo de alguma coisa, como transporte (quem lembra do ramal rodohidro-ferroviário que de vez em quando alguns ressuscitam?), indústria calçadistas, armazenamento de grãos, universitário, turismo, etcetera, etcetera e, suspiros, etcetera. Um componente não falta sempre quando tocam neste assunto: o do messias, ou salvador da pátria que trará a fertilidade econômica tão desejada. Assim, a solução da crise sempre dependerá de alguém ou algo externo e não dos próprios cachoeirenses.

Um pequeno exemplo de como a cidade pode encontrar seu rumo, caminhando com as próprias pernas, é o do turismo histórico. Para isto é necessário ter o que mostrar, e não só um

Château d'Eau descaracterizado pelos chafarizes em formato de estrela. Como é uma coisa simples, e que cabe à própria cidade se organizar e fazer, a poucos interessa. Se assim não fosse, já haveria lei proibindo desfigurar fachadas históricas (caso exista esta lei, haveria fiscalização). Esta semana vi demolirem uma bela residência, localizada uma quadra abaixo da prefeitura, para decerto ser erguido um edifício. Com tantos terrenos baldios na área, fica difícil entender tal atitude. Esta desfiguração arquitetônica também se dá em outros prédios, principalmente naqueles adaptados para o comércio. Quem segue pela rua 7 de Setembro ou desce a Júlio de Castilhos pode ter uma idéia do que falo: poucos prédios exploram as fachadas históricas, a maioria as escondem com placas de propaganda apoiadas normalmente nas marquises. A cidade esconde um de seus maiores patrimônios e acaba assemelhando-se a outra qualquer. Para quem duvidar da viabilidade deste tipo de turismo é só fazer o circuito Nova Petrópolis/Gramado/Canela. O estilo arquitetônico da serra faz o visitante acreditar que está em outro país.

Eu me questiono. Cadê as “forças vivas” da cidade nesta hora? Será que crêem que cultura é tão somente carnaval? Uma grande caminhada

começa com o primeiro passo. E se Cachoeira do Sul quer aproveitar um pouco do seu próprio potencial, e crescer a partir dele, pode começar a pensar em pequenas coisas como essas, coisas simples, mas que podem gerar grandes soluções se bem trabalhadas. Caso contrário, pode continuar vendo as picaretas certas enterrarem seu passado e, sob os escombros, dar uma de Fênix e sair voando por aí...

Diálogo

Diálogo é a fala entre duas ou mais pessoas; uma conversação ou colóquio. É uma troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos, com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia; enfim, uma comunicação. Para que ela se dê de forma satisfatória é necessário que tanto aquele que fala quanto aquele que ouve adotem uma linguagem comum, falem a mesma língua.

Quando você entra num estabelecimento bancário, e vê uma imensa fila e só um caixa atendendo, a primeira idéia que lhe ocorre é perguntar se o que você quer fazer pode ser feito de maneira mais rápida. Foi o que eu fiz, na véspera de carnaval.

Entrei na agência local do Itaú e me deparei com uma fila de aproximadamente 20 pessoas e só um caixa para atendê-las, inclusive os idosos que têm preferência. Uma moça estava passando e perguntei a ela se poderia fazer um simples depósito em dinheiro nos caixas eletrônicos. Eram 11 horas e ela me respondeu que o dinheiro só estaria disponível ao meu recebedor no final do expediente bancário (15 h). Inconformado, fui para a fila. Ah, nada como testar a paciência... Uns 15 minutos depois passou o rapaz que assessora o público, perguntando para cada uma das pessoas o que elas queriam. Quando chegou a minha vez, não lhe respondi absolutamente nada, só fiquei com aquele olhar de peixe morto, esperando que ele entendesse o meu pensamento: “Vai atender no caixa que tu ganhas mais!” Ao chegar no caixa, este ainda me gozou, dizendo que eu fiquei de bobo (não usou esta palavra) todo aquele tempo, pois podia ter feito o mesmo depósito nos caixas eletrônicos. Expliquei a ele que tinha pensado nisso mas fui persuadido. Ele retrucou afirmando que os tais envelopes do caixa eletrônico não são retirados somente no final do expediente, mas ao meio-dia. Fui falar com a moça que me explicou errado; para

variar, ela tinha mil e uma novas explicações que não fiquei para ouvir.

Isto é uma pequena mostra de como o diálogo (ou a falta dele) pode atrapalhar a vida de uma pessoa. Primeiro que a moça não deve ter sido orientada pelo gerente ou responsável. Se foi, ouviu falha na comunicação. Segundo que eu poderia ter respondido para o rapaz que assessora o público, ao invés de ter ficado calado. Neste caso, a falta de diálogo fez com que eu passasse mais tempo na fila. Claro que o rapaz poderia também estar mal informado (ou não estar informado), como a moça. Terceiro, o caixa poderia falar menos. Não é que isso tenha algo a ver, mas é que quem está na fila ansioso pelo atendimento, acha dispensável a conversa inútil (essa terceira situação ocorre com frequência nos caixas dos supermercados locais). Além do mais, se ele não tivesse me falado, sairia dali sem saber que perdi um tempo precioso, sem que fosse preciso.

Por fim, o fato de escrever sobre isto é uma tentativa de estabelecer uma comunicação com os leitores, para que eles compartilhem com a minha dor (nas pernas, de tanto ficar em pé na fila).

Espero que tenha sido claro na comunicação...

Ding-dong infernal

O sino é um instrumento, em geral de bronze, obcônico, que tem uma sonoridade mais ou menos aguda, de acordo com o tamanho e a espessura, e pode ser percutido na superfície interna por um badalo, ou na externa por um martelo.

Desde épocas remotas, os sinos são instalados em torres e campanários. Naquele tempo, ele era o meio mais eficiente de comunicação: incêndios, hora do dia e falecimentos; a comunidade tomava conhecimento instantaneamente dos acontecimentos. Como poucos possuíam relógios e todos conheciam seus doentes, quando os sinos de uma igreja badalavam funebremente, sabia-se quem tinha falecido. Hoje, os sinos podem gemer funerariamente e não se fica sabendo quem morreu. Ouve-se o “dong-dong”, lê-se os avisos de enterro colados nas paredes e não se tem a mínima idéia de quem foi o vivente, ou melhor dito, o morrente. Além do mais, com jornais diários e estações de rádio para notificar o infausto, não há necessidade do “dong-dong” lúgubre, irritante e assustador, repicando nos ouvidos como uma tortura mental.

Com o advento do relógio de pulso produzido em massa pelos japoneses, o repicar dos

sinos acabou ficando só como auxílio para a poluição sonora urbana, algo irritante, ainda mais se for domingo pela manhã, dia mundial do sono prolongado. Se antes a comunidade se dividia basicamente em duas grandes religiões, e o sino servia de maneira espetacular para chamar os fiéis para a missa domingueira, hoje ele está na categoria das “coisas que incomodam os ouvidos”, junto com os carros de mensagem ao vivo e os “magrinhos” azoando nos postos de gasolina noite adentro.

Por outro lado, quem vem de fora pode até ficar maravilhado com o barulho do sino. Por esta razão, sugiro que se transfira as igrejas com sino para perto dos hotéis, de modo que o turista seja acordado com um badalar nostálgico. Só não posso garantir que eles voltem tão cedo para Cachoeira do Sul.

Brincadeiras a parte, toda religião deve ser respeitada na sua fé, crença, costumes e tudo o mais. Em contrapartida, todas religiões devem ter um mínimo de urbanidade. Não adianta pregar contra as boates e sua barulheira infernal se no templo religioso se promove gritaria que assusta deuses, demônios, vizinhos e infiéis, não necessariamente nesta ordem. Ou ainda deixar tocar durante toda tarde de sábado uma música

incômoda do lado de fora da igreja, pensando em trazer harmonia ao ambiente. Em todos os caos, o direito de produzir o som deve levar em conta o direito daqueles que não querem ouvi-lo, ainda mais em horários impróprios.

Fica uma pergunta: Não há lei regulamentando a poluição sonora? Quantos decibéis permite e em quais horários? Os sinos estão adequados? De qualquer forma, tenha dó, domingo cedo tocar um barulho “infernai” é repelir mais possíveis fiéis do que atrair os já existentes para uma casa que se quer de Deus.

A dor do fiador

Fiador é aquele sujeito que fia ou abona alguém, responsabilizando-se pelo cumprimento de obrigações do abonado. Em outras palavras, é aquele que presta fiança. Já se fez filmes sobre esta figura. O último foi estrelado por Kevin Bacon: “O homem invisível”, isto porque, pela praxe, você nunca encontra um quando mais necessita.

Um boa fórmula para convencer alguém de ser seu fiador é começando por indicá-lo nas fichas de crediário das lojas. É só colocá-lo no item “referências pessoais” e esperar a loja ligar

para ele perguntando como você é, se você paga as contas, etcétera e tal. Depois de alguns dias, passe na casa da “vítima”, assim como quem não quer nada, leve um presente ou um quitute mesmo que ele não esteja festejando nada (escreva um cartão: “Pensei em você por acaso!”). Pergunte como estão as coisas e deixe que ele diga que telefonaram da loja pedindo referências suas. Faça cara de desentendido e depois de alguns minutos se lembre com ares de pouca importância. Diga que nem queria comprar à prazo, mas como a loja vendia em prestações a perder de vista pelo preço à vista (até rimou), você acabou optando por fazer o tal crediário. E como não poderia deixar de ser, na hora de indicar alguém, lembrou do “amigo”. Depois disso troque o rumo da conversa “pra modo dele não desconfiar”.

Se seu “amigo” não desabonou sua iniciativa passe para a segunda parte do plano. Escolha um dia qualquer e convide-o para passear sem rumo. Diga que está estressado e pensando em mudar (não fale em mudança física, senão “dá na telha”). Por “coincidência”, passe em frente à moradia tão almejada e ressalte os aspectos positivos da casa. Se ele se entusiasmar, vá correndo para a imobiliária buscar a chave; caso contrário, dê quantas voltas forem necessárias até

ele ver a casa com os mesmos olhos que os seus.

Ao entrar na futura residência, comece a se entusiasmar aos poucos. Vá imaginando em voz alta como ficaria o sofá na sala nova, a mesa de jantar, o fogão e a geladeira na cozinha e a cama no dormitório. Gaste um tempo maior na churrasqueira: lembre a ele o quão importante é celebrar aos domingos o encontro com a família; não esqueça de informá-lo que ele faz parte da sua família.

Depois disso, caia em “deprê” novamente. Lamente sobre sua morada velha, ressaltando como ela está caindo aos pedaços. Se for preciso, caia em prantos nos braços de seu “amigo” e diga a famosa frase: “Oh! Mundo cruel!” Se tudo isto não comovê-lo, desista da amizade e compre um cachorro.

Alugar algo é uma coisa inesquecível. Se não fosse pelas almas caridosas de alguns que aceitam o chamado “caução”, ficaria impossível morar sozinho nesta cidade ou mesmo montar um negócio. De um lado, as imensas exigências das imobiliárias que, querendo se prevenir de eventuais mal pagadores, praticamente inviabilizam a locação. De outro lado, o constrangimento de ter de pedir para um amigo ser “fiador”.

Quem constrói um prédio para alugar ou mesmo secciona uma residência em vários pedaços (como num cortiço), opta por um investimento, portanto de “risco” como todos outros. Claro, que vão alegar que é preciso prevenir, mas quantos hoje em dia podem alugar uma casa conseguindo dois fiadores com imóveis? Não estou entre estes, portanto, pelo menos aqui, sou um excluído.

Por pouco não moro na rua...

Em se plantando tudo dá...

Li ontem a entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Cachoeira do Sul, Alberto Costa, e, não sei se foi bem isso que ele falou, uma coisa ficou me encucando: “A passagem por Cachoeira do Sul [do MST] é tida como um ato de desrespeito para com o Secretário da Segurança, José Otávio Germano, pois vem contra a ideologia e política que são adotadas no município”. Se eu entendi bem, isso quer dizer que aqui na cidade só se pode pensar de uma forma? A ditadura militar continua e não me avisaram, pô! Acredito que isto tenha sido uma expressão mal colocada ou até impensada, pois os porões do DOPS fecharam a tempo, e podemos falar e escrever o que pensamos, sem ofensas, é claro!

Sobre a questão da terra, ela é tida como um bem particular. O uso dela, entretanto, tem conotação pública, uma vez que não pode servir para mera especulação imobiliária. Na teoria isto é muito bonito, mas na prática não é bem assim que ocorre. Neste caso, a lei posta na Constituição Federal precedeu os fatos. Se escreveu no papel na vã esperança que acontecesse. É por isso que dizem que o Brasil das leis é perfeito, enquanto o da realidade...

A maior bronca dos ruralistas (“grandes”, diga-se de passagem) é o índice de produtividade. Eles consideram muito alto ter de colocar mais do que meia dúzia de bois por hectare. Em terra onde “o olho do dono é que engorda o boi” poderiam adotar o confinamento: colocar os terneiros no lugar da televisão e plantar feijão, batata e outros alimentos que sirvam para dar de comer à gente e não bichos.

Li um livro muito interessante, que fala do binômio soja-trigo adotado nos anos 60 e 70. Para quem não lembra, passamos de “celeiro do Brasil” para “grandes exportadores de soja” em pouco mais de uma década. Na prática isso quer dizer parar de plantar para abastecer o mercado interno e passar a produzir uma *commodity* com o preço cotado pela bolsa de Chicago. O autor traz

uma informação interessante: através da alimentação de animais convertemos sete proteínas em uma. O que se conclui que seria mais produtivo dar comida direto para as pessoas do que para as galinhas, os porcos e as vacas.

O conflito por causa de terras não é novo. Assisti a poucas semanas atrás uma defesa de tese no pós-graduação em História da Unisinos que versa justamente sobre os conflitos agrários do século passado na região. A autora mostrou como os colonos recebiam um pedaço de terra do governo e se apossavam de mais outros tantos, esticando uma cerca aqui, desviando o curso de um arroio ali, e outros artifícios mais. No Centro-Oeste e Norte do país, os grileiros fazem algo muito parecido. Adquirem uma propriedade e fazem ela dar cria em seguida.

Neste embate, cada um usa a arma que tem: os grileiros, o papel; os ruralistas, o poder político-econômico; os sem-terra, a foice e a enxada. Ingênuo é pensar que o conflito está resolvido ou, o que é pior, que vai ser resolvido de forma pacífica e ordenada. Nenhum lado vai ceder, até por que usam a máxima “não tá morto quem peleia” e seguem se digladiando.

Outra informação interessante: se o “Fome Zero” der certo parece que vai faltar comida, pois o que se produz no país não é suficiente para que todos comam no mínimo uma vez por dia. Se levarmos em conta que tem alguns que comem por dois, concluímos facilmente que a existência de uma legião de famintos não é imaginação de um militante de esquerda.

Parece que foi Pero Vaz de Caminha que disse que aqui no Brasil “em se plantando tudo dá”. Problema é que se não plantamos, nada dá...

Bancos, filas e outras chatices

Banco, como todo mundo sabe, é o estabelecimento, particular ou estatal, cuja atividade consiste na guarda e empréstimo de dinheiro, transações com títulos de crédito, etc. Abrir uma conta num banco, atualmente, é questão de cidadania, de ser cidadão. Estar excluído do sistema bancário é privilégio dos rebeldes e miseráveis. Digo privilégio porque o banco é um dos últimos estabelecimentos comerciais que ainda trata seus “clientes” com desprezo. Já falei aqui sobre uma situação que ocorreu comigo no Itaú, quando tive de ficar numa enorme fila para descobrir que a mesma operação podia ser feita

no caixa eletrônico, isso depois de perguntar para uma moça do banco e ela me informar errado.

Mas semanas atrás fui ao campeão dos campeões do setor privado: o Bradesco. Eram 14 h aproximadamente e a fila contava com mais de 50 pessoas para, pasmem, um único caixa. Também nos poucos caixas eletrônicos havia enormes filas. O engraçado, se não fosse trágico, é que tinha um atendente só para orientar no auto-atendimento porque há muitos idosos e analfabetos que se atrapalham com os botões. Lá dentro, havia uma pessoa só para organizar a fila, qual fosse uma manada de bois e não clientes. Na fila, fiquei pensando se os bancários não sentem vergonha de trabalhar ali. Sei que a culpa nunca é deles, nem do gerente, pobre homem que acaba sendo o pelego entre instituição, empregados e clientes. Mas sei lá, eu teria...

Um homem na fila só reclamava, lembrando que há uma lei que prevê multa aos estabelecimentos bancários que deixarem seus “clientes” mais de tanto tempo esperando pelo atendimento. Segundo os bancos, esta lei não vale nada. Argumentam que as regras bancárias são de competência de uma instância federal cujos membros são indicados pelos próprios banqueiros.

Uma mulher, também desesperada por causa da demora, falava ao celular com alguém, dizendo para chamar o jornal a fim de fotografar o descaso. Tanto faz, os bancos não costumam dar importância aos reclames da comunidade.

Mas o negócio do banco é vender serviços. Meu pai faleceu quando eu tinha recém completado 18 anos e deixou um seguro, infelizmente do Bradesco. Quando vivo, garganteava que com sua morte a família não teria mais dificuldade, tal a quantia do seguro. “Não revelo porque senão vão querer me matar antes do tempo”, brincava ele. Ledo engano, além do seguro ser mísero devido aos desajustes que o banco promovia por conta própria, o pagamento levou mais de seis meses para ser efetuado. Sempre tinha um papel que faltava assinar ou outra coisa impedindo.

Jurei desde então que não cairia na tentação de trabalhar com banco, ainda mais o dito cujo. Nas vezes que descumpri o prometido me dei mal. Como o cheque-especial e o cartão de créditos dão a falsa impressão de um poder aquisitivo irrisório, acabei pagando os juros extorsivos e, no final das contas, sendo protestado. Ironicamente, depois que passei a não ter mais tais

regalias, consegui poupar dinheiro, até porque pagando tudo à vista o desconto é bem maior.

E assim sigo até hoje. A única conta que mantenho em banco é a que recebo salário. Nesta, só posso sacar se tiver dinheiro. Em compensação, não gasto o que não tenho e não pago taxas embutidas. Não preciso fazer seguro disto ou plano de capitalização daquilo.

Para pensar na fila do banco: a greve dos bancários, já resolvida, deveria ter como exigência contratar mais pessoas, para melhor atender o público...

Contas, juros & Cia Ltda.

É Natal! Depois do Papai Noel vem a ressaca das contas a pagar. Muitos consumidores usam e abusam das compras à prestação, com cheque pré-datado ou carnê de crediário. A diminuição de alguns pontos percentuais nas taxas de juros nacional pouco refletiu no dia-a-dia. Vou dar uma de economista e demonstrar como o juro se faz presente.

Vi lojas anunciando o pagamento em até quatro vezes sem juros (30/60/90/120 dias). Para pagamento à vista oferecem desconto de 20%. Por exemplo, uma compra de R\$ 100,00 pode ser paga em quatro vezes de R\$ 25,00 ou R\$ 80,00 à vista.

Na primeira prestação, o juro real (mas não demonstrado) é de 25%. É só pegar o valor de etiqueta (R\$ 100,00), diminuir o desconto (20%) e dividir o valor final (R\$ 80) em quatro prestações (R\$ 20,00). A diferença da primeira prestação é de R\$ 5,00 (equivalente a um aumento de 25% da prestação se fosse paga à vista). Na segunda prestação, o juro é de aproximadamente 12% ao mês (R\$ 20,00 + 12% + 12% = R\$ 25,00). Na terceira prestação, o juro é próximo a 7,8% ao mês. A última prestação tem um juro mais suave, de aproximados 5,8% ao mês.

Somando isso tudo, o juro médio desta pequena compra fica próximo a, pasmem, 9,6% ao mês. O cálculo é meio complicado, mas dá uma idéia. Para o valor pago à vista soma-se 9,6%. Em 30 dias, quando se paga a primeira prestação, o valor é de R\$ 87,68 (R\$ 80,00 + 9,6%). Diminuindo o valor pago de R\$ 25,00, tem-se R\$ 62,68 que vão ser acrescidos de mais juros para a prestação de 60 dias, totalizando R\$ 68,69. Paga-se mais R\$ 25,00 e ainda faltam R\$ 43,69 para pagar. Nos 90 dias, o valor subiu para R\$ 47,89. Diminuindo o valor a ser pago, sobra R\$ 22,89. Este, acrescido de mais 9,6% (120 dias), acaba no valor da última prestação.

Por que os juros são tão altos nas lojas? Quando o lojista encomenda uma mercadoria da fábrica, ele recebe um prazo para pagamento, que coincidentemente é de 30/60/90/120 dias, normalmente. Ora, ninguém é ingênuo a ponto de pensar que a fábrica não dá também desconto para pagamento à vista, até porque, além de receber o dinheiro antes e poder girar com ele, não existe risco de não pagamento, o que ocorre numa compra a prazo.

As lojas não compram à vista por uma razão bem simples. A maioria não tem capital de giro, dinheiro disponível. A maioria dos empresários, micros e pequenos principalmente, têm um sonho de botar um negócio próprio. Nem sabem ao certo de que tipo, só que não querem ter um patrão. Com os poucos recursos que têm, investem nos móveis e equipamentos (prateleiras, mesas, balcão, bancos, etc.) e propaganda. Na hora de comprar a mercadoria, encomendam e torcem para que as vendas sejam boas, caso contrário têm que liquidar ao final para pagar a fábrica. É por isso, simplesmente isso, que a maioria quebra em pouco tempo.

Tentei demonstrar como é muito mais vantagem comprar à vista, não importa se na loja A ou B. Mas como diria minha mãe: “Daí eu não

compro nada meu filhinho, pois não consigo guardar o dinheiro!” Para esta resposta não existe argumento.

PS: Lembre-se de perguntar antes de comprar, qual o desconto para pagamento à vista. Se for maior do que 10%, saiba que está pagando caro.

Conta d’água

A água é a maior riqueza do século XXI. Em nome disto, já se prevê que mesmo aqueles que têm poço artesiano pagarão pelo precioso líquido futuramente. Lá em casa, depois que me casei, a conta teve um crescimento estratosférico. E não foi por conta dos banhos demorados da minha amada, das maquinadas de roupas que ela lava ou da banheira que encho no verão, a fim de ficar de molho nas tardes calorentas. A conta aumentou porque o hidrante tem a mesma idade que nossa família: eu, minha esposa e as tartarugas.

Por ser tão velho, o relógio marcava 20% a mais do que consumíamos. Sei disso porque o técnico da CORSAN foi chamado e verificou. Segundo ele, se o relógio marcasse somente 5% a mais ou a menos, não haveria troca. A Companhia de Água acha normal uma diferença assim. Não

levam em conta que ao final de um ano eu acabava pagando uma conta a mais, a título, quiçá, de 13°.

Fiquei feliz por eles terem me dado o desconto equivalente ao excesso do último mês de consumo. Sim, se o consumidor não chama, eles não vêm e quando vêm não dão desconto por todos aqueles meses que cobraram a mais. Em outra situação seria caso de polícia, pois a cobrança em excesso é comprovada e não há ressarcimento. Claro que o argumento que vão usar é o dos banhos demorados da minha esposa, das maquinadas de roupa e da minha banheira, esquecendo-se que o relógio não ficou enferrujado só porque casei.

Fico pensando se não seria o caso da CORSAN fazer uma vistoria preventiva para saber se não é só o meu hidrante que está marcando a mais. Sei que eles não vão fazer isto por uma razão bem simples: caso seja verificada a cobrança excessiva, não haverá relógios suficientes para trocar. Relógios até que são fabricados, não existe é verba suficiente para comprá-los.

Só resta pedir a vistoria individualmente. Mas atenção usuário: a CORSAN inibe esta reivindicação com a cobrança de uma taxa de vistoria que é cobrada caso o relógio não ultrapasse os 5% (a favor ou contra). Assim se a conta ainda cabe no seu orçamento doméstico, vá tomar um

banho de água fria e esqueça que você pode estar pagando mais do que consome.

Lembre-se que a água é um líquido precioso e que futuramente ela vai estar mais cara, mais escassa e menos parecido com água, com coloração, cheiro e gosto de cloro. Pensando por este lado, você dará graças a Deus por ainda ter água saindo pela torneira e pensará que a cobrança em excesso estará beneficiando milhares de famílias que ainda não terão acesso à água potável encanada, que ainda vão estar buscando água em riachos poluídos (apesar de sua conta prever tratamento de esgoto) ou de bica públicas contaminadas.

Quando estiver no chuveiro, cantarole um antigo jingle: “Apanhe o sabonete, duchas Corona, um banho de alegria, num mundo de água quente... tchuaaaa”

Cidade de papel versus cidade real

“A cidade deve se desenvolver de forma harmoniosa”, dizem os arquitetos. Para os engenheiros, a cidade deve ter um “desenvolvimento racional”. Eles acreditam que o Plano Diretor (conjunto de leis e normas que têm por finalidade regular obras e construções da cidade) é condição para o progresso, algo essencial

e fundamental para o futuro de uma cidade. Querem que tudo seja organizado, parecendo uma casa de boneca. Esta é a cidade de papel, aquela que só existe na cabeça dos assim chamados “técnicos”.

Nos anos 80, Cachoeira do Sul teve sua última reformulação do Plano Diretor. Já naquela época se dizia que o antigo plano estava superado e era necessário um novo para “corrigir distorções”, discurso este que se repete agora. O novo projeto objetivava “preservar problemas futuros, tendo em vista o crescimento vertiginoso da cidade”. Por conta disto, a cidade aprovou um plano que previa um crescimento norteado pela implantação do entroncamento rodo-ferro-hidroviário, na extremidade sudeste da cidade, e o surgimento do campus universitário, localizado no passo D’Areia. Como tais obras nunca foram realizadas, conclui-se que se a cidade crescesse conforme os “técnicos” teria dado com os burros n’água.

A mentalidade daquela época, que ainda hoje está muito presente, era a da “concepção integral do desenvolvimento”; em outras palavras, a centralização das decisões nas mãos de poucos. Em 1983, o Plano Diretor foi aprovado de “sopetão”, com pouca discussão da comunidade

que teve de engolir a seco várias distorções: áreas industriais sem indústrias, áreas residenciais sem residências, prédios comerciais deixando de ser construídos em nome de exigências pueris.

Entretanto, com o mesmo ímpeto que os engenheiros, arquitetos, urbanistas e políticos pensam a cidade, os habitantes reais constroem-na a sua imagem e semelhança. De um lado, projetos urbanísticos complexos e desenhos arquitetônicos arrojados; de outro, ocupação desordenada e construções irregulares. A discrepância é tamanha, que num levantamento parcial pode ser constatado que mais de 1/3 dos prédios na cidade estão de alguma forma irregulares, o que é válido pois na hora de erguer um casebre, antes se pague o pedreiro do que o engenheiro.

Felizmente, há um esquecimento sistemático por parte das administrações públicas dos planos diretores, deixando que a cidade cresça conforme seus habitantes querem. Cidadãos comuns desobedecem ao código e ninguém fiscaliza, inibe ou penaliza. Assim, a cidade cresce de forma desordenada, mas cresce livre.

Ora, o plano diretor é uma tentativa de ordenar esta desordem. Por essa razão, estará desatualizado antes de ser aprovado. A cidade de

papel dos técnicos não condiz com a cidade real dos seus habitantes.

E tem solução melhor? Sim, organizar um Conselho Urbanístico permanente e atuante, com membros de toda comunidade, não só de técnicos. Este órgão teria como finalidade legislar sistematicamente sobre as normas urbanas. A partir de algumas resoluções gerais, teriam a flexibilidade de aprovar ou desaprovar obras, loteamentos e outras atividade que geram maiores impactos urbanos.

Cachoeira do Sul poderia ser pioneira nisto.

Ou elaborar outro Plano Diretor para daqui a algum tempo refazê-lo outra vez.

Alcoólatras Anônimos

Dia desses estava num dos caixas do Supermercado Tischler, o da rua 7 de Setembro. Atrás de mim um guri, 9 ou 10 anos, com uma garrafa de aguardente de cana, como é mais conhecida a cachaça, numa das mãos e na outra o dinheiro dobrado. Acontece que sou meio chato para essas coisas. E avisei a moça que estava empacotando minhas compras (ela estava ensinando a novata do caixa) da proibição de vender bebidas a menores de idade. Me fiz de

sonso e fiquei por ali até o menor passar com a bebida recém comprada. Fui para o carro, que estava no estacionamento do futuro shopping. Em seguida, passa o guri com a bebida e entra, acreditem, no prédio do shopping, pela porta que tem em meio aos tapumes.

“Tudo em família”, pensei eu. O supermercado vende a bebida ao menor que trabalha ou é filho de quem trabalha no prédio da mesma família. Claro que pelo horário, 19 h aproximadamente, decerto não estavam mais construindo nada. A cachaça deveria ser para o vigia que, ou mora ali no prédio, ou bebe em serviço. Não culpo o vigia de beber. Deve ser difícil mesmo passar a noite num prédio inacabado daquele tamanho. Nem por ele ter mandado o guri ir comprar cachaça. Como a maioria da população, ele deve desconhecer a proibição.

Já o supermercado, até pelo tamanho, deveria saber da proibição de vender a menores bebidas alcoólicas e coibir a venda, treinando seu pessoal. Em países da América do Norte ou Europa, os comerciantes exigem dos clientes a carteira de identidade para comprovar a maioridade, até porque se forem pegos vendendo bebidas a menores vão para a cadeia. Aqui no Brasil, tudo acaba em samba mesmo. Nem multa

aplicam. Pensando bem, também não dá para culpar o Tischler, pois se ele não vender, qualquer boteco de esquina vende. “Teria que haver mais fiscalização”, diriam aqueles que só sabem pôr a culpa nos órgãos públicos. Mas quem fiscalizaria? A Prefeitura? O Conselho Tutelar? A Promotoria? Como se eles não tivessem coisas mais importantes para fazer e se preocupar.

Nos anos 30, o Congresso dos Estados Unidos impôs à população a chamada “Lei Seca”. Foi a época em que mais se bebeu, dentro da lógica que tudo que é proibido desperta mais vontade de experimentar. Foi a época também dos gângsteres, como Al Capone de Chicago que enriqueceu com a venda ilegal de bebida e foi preso não por assassinato, mas por sonegar impostos.

No mesmo dia do ocorrido, li uma notícia interessante aqui no jornal. A atriz Juliana Paes foi proibida de fazer comerciais de cerveja. Isto porque a estrela global é menor de 25. É algo parecido com o que hoje se faz com os comerciais de cigarro. Botam uma mulher daquelas, com o corpo escultural e rosto angelical, dando a imagem de quem bebe é bonito igual ela. Ora, longe de dar uma de moralista, mas quem freqüentemente enche a cara deforma o corpo, não só o fígado mas a pele e outras partes visíveis. Acostumar

guris a comprar de forma corriqueira bebidas alcoólicas é, no mínimo, fazer com que eles naturalmente provem futuramente.

Dáí é um passo para se tornar alcoólatra...

Alô, alô CRT

Na metade dos anos 90, quando eu ainda era acadêmico na universidade, assisti um colóquio onde se confrontavam posições sobre a questão da telefonia fixa, na época ainda estatal. O primeiro a falar era um daqueles defensores ferrenhos da privatização. Ele parecia o Baldi, do programa Guerrilheiros da Notícia da TV Guaíba, com suas posições ultra-conservadoras e se achando o dono da verdade (Cachoeira tem também o seu, é só pensar um pouco). Ele discorreu entusiasticamente sobre os benefícios da telefonia privada: linhas telefônicas baratas, tarifas promocionais, instalação imediata, etc.

O segundo falou que de fato o poder público não conseguia mais atender a demanda de telefones. Explicou que a diferença entre o modelo estatal e o privado é que no primeiro se faziam altíssimos investimentos iniciais, na maioria dos casos através de vendas de planos de expansão, o que gerava a necessidade de vender ações da companhia telefônica junto com o a linha,

e as tarifas domésticas eram subsidiadas pelas internacionais. No segundo, os investimentos ficavam por conta da iniciativa privada, o que geraria uma oferta que suprimiria a demanda contida, mas as tarifas sofreriam um lento e gradual ajuste, principalmente entre os que utilizam o telefone dentro da localidade, de uma micro-região, do Estado e até do país. Em compensação, as tarifas internacionais baixariam drasticamente.

Lembro que nos anos 90, um irmão meu foi passear na França uns três meses. Antes de ir, ele combinou com meu pai que iria ligar, mas a chamada não completaria. Assim, saberíamos que ele estava bem. Hoje tudo mudou, fica mais barato ligar para os Estados Unidos do que para minha mãe em Novo Hamburgo. Eu gastei R\$ 6,67 para falar com ela durante 14 min e 4 s, no horário da manhã (9 h 36 min). Teria gasto bem menos se ela morasse no outro lado do mundo. Para variar, alegria de pobre dura pouco. Tem o telefone, mas se ligar acaba faltando dinheiro para a comida no final do mês. Em compensação, quem pode mandar o filho estudar no exterior, pode ligar para ele a qualquer hora do dia. Grande vantagem, para um dos lados, obviamente.

O problema do telefone não era ser estatal ou privado, mas de não existir concorrência. O monopólio deixou de ser público para se tornar privado e se antes ainda existia um mínimo de senso coletivo, hoje a lógica do lucro domina o mercado.

E nesta lógica, nada mais natural do que colocar o cliente em segundo, terceiro ou último plano. Um exemplo foi o que ocorreu comigo neste mês. Incluíram na minha conta um serviço de identificador de chamadas telefônicas, no valor de R\$ 5,76 mensais. Na primeira ligação, a atendente disse que eu tinha solicitado tal serviço e me deu até a data. Ela me passou para outra “célula de relação com o cliente”, nome pomposo para o jogo de empurra-empurra. Com a segunda atendente cancelei o serviço que nunca havia solicitado. Aí, pedi uma nova conta e ela me passou para a terceira atendente. Ao todo, gastei mais de meia hora na ligação 0800, destes 20 min esperando com uma música intragável, que a cada minuto dava o bip-bip do papa-léguas, símbolo da empresa.

Passada a ressaca desta embriaguez que foi a bandeira ideológica da iniciativa privada a todo custo, dá para se ter uma idéia mais sóbria da situação. As empresas telefônicas são campeãs de

reclamações no Procon. Na internet, elas se associam com outras empresas e oferecem “gratuitamente” conexão, quebrando os provedores locais. Esta semana saiu que uma destas empresas está sendo enquadrada em crime de crime de colarinho branco, por ter um controle acionário indevido. Viva a privatização!

Tolerância zero

Nova Iorque, no final dos anos 80, tomou uma decisão radical: a de não mais aceitar os crescentes índices da violência urbana. Chamou o programa de Tolerância Zero. Isto não significou trancafiar todos aqueles que praticassem algum delito. O programa, de tão simples, deu certo. Sua simplicidade residia no fato de tentar prever onde os crimes ocorreriam. Calma, não chamaram a Mãe Dinah ou outra vidente. Eles criaram um mapa eletrônico e começaram a abastecê-lo de informações essenciais. De posse destas informações, praticaram a conhecida segurança preventiva. Colocaram policiais em locais e horários predeterminados. Desta forma, os índices de violência baixaram violentamente (com o perdão do trocadilho).

Além deste programa preventivo, a justiça do estado nova-iorquino passou a ser mais rígida

na aplicação das penas. Essa história de prender e soltar em seguida o assaltante, bandido ou pequeno traficante virou coisa do passado lá.

Big Brother Brasil

A reportagem da Revista Carta Capital de algum tempo atrás nos informa que os britânicos estão sendo observados 24 horas por dia por 15 milhão de câmeras de televisão de circuito fechado. O governo, serviço secreto e a polícia inglesa têm mais poderes legais e tecnologia (celulares, internet, etc.) para bisbilhotar o dia-a-dia dos britânicos do que o governo comunista na China. Excetuando o fato de que lá no Reino Unido há uma perversa invasão de privacidade, a segurança realizada através do “olhar frio” das câmeras de televisão funciona. E muito bem, diga-se de passagem.

Em algumas cidades do Estado, principalmente nas mais ricas, iniciou-se uma onda de instalação de câmeras de vigilância nas principais ruas da cidade. A iniciativa, ao que parece, está sendo acertada.

Revitalizar a praça

Disto tudo, lanço uma idéia. Para acabar com as gangues de Cachoeira do Sul poderíamos mesclar o Tolerância Zero da *Big Apple* com o *Big Brother* inglês. Sem muitas pretensões,

poderíamos começar pela zona central, na praça José Bonifácio. Já que a Brigada Militar está instalada no antigo Bar América, dali fica fácil monitorar os transeuntes através de um circuito interno de TV, com meia dúzia de câmeras espalhadas pela praça (seu custo não ultrapassaria R\$ 2 mil).

Se algum vândalo arrancasse uma planta, depredasse algum banco ou violentasse alguém (até porque a ordem de agressão é do delito simples para o mais grave), os praças da Brigada prenderiam o meliante em questão de minutos. A penalidade poderia ser até os trabalhos comunitários, tão em voga na justiça criminal. O delinqüente ficaria obrigado a trabalhar na própria praça, repondo aquilo que destruiu e mais um pouco, de modo a servir de exemplo para os outros.

Aos poucos, na medida das verbas disponíveis, a vigilância televisiva seria ampliada aos pontos de maior criminalidade. Aí sim, Cachoeira do Sul serviria de modelo para os outros.

Baú da felicidade

Sílvio Santos enriqueceu com um sistema de vendas baseado na distribuição de prêmios. Quem paga mensalmente o carnê do baú da

felicidade, concorre desde pequenas quantias em dinheiro ou badulaques até a tão sonhada casa própria. Ao final, caso não ganhe nada, retira tudo o que pagou em mercadorias. Já ouvi dizer que ele é o maior contribuinte pessoa física do Imposto de Renda. Isto porque prefere pagar o imposto a quem de direito, deixando ao governo o papel de gerenciador da redistribuição social, e não fundar fundações que na maior parte das vezes só tem a finalidade de desviar impostos.

Loteria

Em se tratando de jogos de azar, as que mais iludem são as loterias oficiais. O prêmio que o ganhador de fato leva para casa não chega a 30% do total arrecadado, com exceção da Loteria Federal que paga quase 50%. De 1% a 3% são destinados ao Fundo Municipal da Cultura. O Imposto de Renda abocanha entre 12,6% a 20,1%. A Seguridade Social entre 7% e 18,2%. O Fundo Penitenciário Nacional recebe 3%. Em algumas modalidades de aposta é destinado ao Programa Crédito Educativo entre 4,5% e 9,6% e em outras 10% a Entidades Práticas Desportistas. As despesas consomem de 20% a 30% do total arrecadado, sendo que a comissão da agência lotérica é de 9% a 13%, a tarifa de administração entre 5% e 16% e a comissão da Caixa Federal

entre 1% e 15%. Trocando em miúdos: para cada R\$ 1 apostado é devolvido R\$ 0,30. Barbada melhor só no cassino ou nas corridas de cavalos.

Jogo do bicho

Lá em Novo Hamburgo, um arrecadador me disse que o jogo do bicho é a mais honesta das apostas entre todos jogos de azar. Do valor da aposta, 20% fica para quem fez o jogo, 10% para quem arrecadou e 70% para o banqueiro que paga o prêmio. Através do rádio e jornal fica-se sabendo do resultado do sorteio das 14 h e o das 18 h. Apostas podem ser feitas tanto nos botecos da periferia quanto nas próprias agências lotéricas oficiais. Apesar de ser contravenção, é a aposta mais popular. “Todo mundo conhece alguém que já ganhou no bicho, o que não acontece com outros tipos de jogos de azar”, me explicou ele.

Campanha Leva Tudo

A campanha que o CDL repete este ano tem este quê de ilusão do ganho fácil. Li no folder explicativo distribuído aos lojistas, que “especialistas de marketing são unânimes em afirmar que sorteios de prêmios ajudam o consumidor na hora de escolher em qual estabelecimento entrar”. Assim como no baú da felicidade, o consumidor se ilude que poderá ser o contemplado com a premiação. Maior ilusão que

esta só o sorteio do supermercado Tischler, que premiou coincidentemente uma das proprietárias da gráfica que fez os cupons e também tem vínculo familiar com os proprietários do supermercado.

Bingo

É pífia a discussão sobre a moralidade dos bingos. A legalização só tirou jogadores das outras modalidades de jogos de azar. Viciado não deixa nunca de apostar.

Filosofando

“A embriaguez mais ponderada e mais liberal do jogo de azar, do qual toda a família participa, substitui a alcoólica”. Walter Benjamin (1930-40)

Desenvolvimento turístico

Se fala tanto em transformar Cachoeira do Sul em pólo de alguma coisa, como transporte, cargas, universitário, agro-negócios, etcetera e etcetera. Se cogitou recentemente o turismo. Fazer da cidade uma referência para além dos *hermanos del Plata* que aqui pernoitam para seguir viagem ao litoral. Desenvolver o turismo depende de algo a mais do que verbas concedidas por alguém (governo federal, estadual ou empresas privadas). Depende da vontade interna, de toda uma população. É na soma destas pequenas iniciativas

locais que reside a alavancagem necessária ao desenvolvimento.

Poucas cidades no Brasil se desenvolveram unicamente com o turismo. No nordeste, o clima quente e as praias paradisíacas não resolveram o problema de renda e desigualdade social, materializada na construção de arranha-céus ao lado de favelas. Gramado e Canela, na região serrana do Estado, têm por detrás de seu natal-luz uma centena de micro-empresas que produzem os souvenirs que o turista leva para casa. Elas é que ampliam a renda local.

Gastronomia capenga

Um bom começo é pela rede gastronômica. Cachoeira do Sul carece de uma diversidade de restaurantes à noite. O *La Cagge* faz iguarias apreciáveis, mas o preço é salgado. No *La Barca*, especializado em frutos do mar, o prato dá para dois desde que um esteja de regime. Em termos de churrascarias, me lembro de quatro: o *Grill*, boa opção a quilo ou livre; a do Hotel União, só fui uma vez e não me agradei muito; a Querência, onde se escolhe o espeto que se quer, impedindo uma variedade; e a Nova Grécia, onde nunca fui.

Pizzarias nada italianas

O que decide qualquer iniciativa para se pensar o turismo é o atendimento. Fui jantar na pizzaria Número Um e solicitei um prato para colocar as bordas da pizza e um pedaço que não me apeteceu. A resposta do garçom: “não damos prato para sobras que é para comer tudo”. Na *Bella Pizza*, pedi uma pizza e a surpresa foi que o tamanho grande se transformou em médio - as quatro opções de sabor foram reduzidas a três -, além do recheio vir diminuto. Pedi ao garçom para mudar para rodízio, pagando a diferença de valor. Ele consultou o dono e a resposta foi negativa. Depois dessa, comer pizza só em casa. Ainda mais depois que descobri que alunos do Roque Gonçalves fabricam e vendem a R\$ 1 a de tamanho pequeno.

Eu recomendo

Há boas opções, sem dúvida. Recomendo o Café Florence, com uma variedade de pratos a la carte. No inverno não dá para perder a sopa. Também a Sorveteria Doce Deleite é digna de premiação. O sorvete flambado é dos melhores que já provei. No frio, tem os pastéis, com várias opções de recheio e tamanho. Servem um com brócolis e queijo catupiri que é fenomenal. O Santa Maria é uma boa opção para lanches mais rápidos.

Por fim, é de se ficar atento para as jantãs promovidas pelo grupo de tradição italiana. Fui numa que é indescritível, de tão bom.

Repercussão

A crônica que escrevi semana passada sobre o atendimento em restaurantes aqui em Cachoeira do Sul surtiu algum efeito. Algumas pessoas me pararam na rua para comentá-la. Uma delas aproveitou para me contar o que lhe aconteceu. Ela estava entrando de mão dadas com a mãe numa pizzaria e o proprietário recepcionou-as com um certo preconceito: “o casal pode ficar a vontade para escolher uma mesa”. A filha respondeu: “Que casal, é minha mãe!” Depois da mancada, o mesmo foi atendê-las e querendo agradecer não parou de chamar a senhora de “vovó”. Ela respondeu que não tinha netos ainda.

Tiroteio

Essa eu ouvi de uma dessas pessoas que elogiaram a abordagem. Diz ela que ficou sabendo (parece aquela brincadeira de telefone sem fio) que por esses dias, numa pizzaria daqui, um cliente estava aguardando impaciente para ser atendido e explodiu de raiva, tirando um revólver da cintura

e atirando para cima. Com o pandemônio, alguns clientes se esconderam debaixo da mesa e outros saíram correndo sem pagar. Se a história for verídica, a que ponto chegamos.

Sorveteria Doce Deleite

O Marcelo Melatti, da sorveteira Doce Deleite, me enviou um e-mail reconfortante: “Venho por meio deste, expressar nosso agradecimento pelas palavras de reconhecimento escritas por você na crônica *Desenvolvimento turístico*. Apesar de sabermos que o bom atendimento e a qualidade dos produtos não são mais do que obrigações da nossa empresa, são palavras como as suas que nos incentivam a melhorar cada vez mais”. Eu respondi agradecendo pelo bom atendimento que prestam quando vou lá, pelo pastel espetacular e pelo sorvete flambado premiadíssimo. Eu pulo da ponte do Fandango se suspenderem a fabricação.

Cinema Coliseu

Uma coisa está me incucando. Sobre o tombamento da fachada do antigo cinema Coliseu, na Sete de Setembro, li que a dívida ativa que o proprietário tem com a Prefeitura Municipal já ultrapassa os R\$ 40 mil. Diz ele que o imóvel vale R\$ 200 mil. Assim, o comprador teria de pagar a diferença, R\$ 160 mil.

O que me intriga é porque até hoje a prefeitura ainda não entrou com uma ação de cobrança na justiça deste valor. Se entrou, porque ainda o imóvel não foi penhorado para pagamento da dívida. Se já foi, porque ainda não ocorreu o leilão. Sei que se isso ocorrer, o proprietário vai ter de acabar pagando sua dívida caso não queira perder o imóvel a preço abaixo do mercado (não sei se um imóvel no centro vale tanto) ou do preço que estipulou. Se o proprietário deixar o imóvel ir a leilão, esta ronha vai acabar, porque se alguém já se dispôs a pagar o que ele pediu, pagará de bom grado o lance num leilão.

Penso que esta questão é mais importante do que o próprio tombamento.

Para pensar na cama

Seria interessante a prefeitura dispor de uma listagem com os maiores devedores de IPTU do município. Se constataria que quanto menos se tem mais fiel se é nos pagamentos.

Cidade Turística

Estive neste final de semana em Nova Petrópolis, primeira parada da rota romântica das cidades turísticas da serra gaúcha. A cidade é uma espetáculo de organização, ao menos na área

central onde os turistas passeiam. Os canteiros com flores das mais diversas cores e espécies estão pela cidade inteira.

O luxo é ter tempo

Reportagem da revista *CartaCapital* desta semana traz matéria sobre o consumismo. Acreditem ou não, o maior luxo atual é ter tempo disponível para si e para a família. Muitas pessoas estão abrindo mão de empregos sedentários e salários maiores por uma vida mais saudável. E isto não é modismo de uma geração, como o psicodelismo hippie dos anos 70 ou os “naturebas” que os sucederam. É algo concreto frente a um mundo de desilusões, frustrações e sonhos desfeitos. Como efeito, o lazer de final de semana ou final de tarde ganhará novos adeptos, a ponto de se tornar predominante como estilo de vida.

Aqui na terrinha

Sem querer dar um de nouveau-riche, que volta das viagens querendo materializar os locais visitados na sua cidade, poderíamos concatenar algumas linhas de atuação urbanísticas, com vistas a preparar a cidade para esta tendência do “consumo do lazer”. A começar pelas praças e calçadas. Dispomos de dois grandes entendidos, o Henrique Witeck e o Eduardo Minssen. Eles poderiam prestar consultoria para um plano de

ajardinamento municipal. Cada praça da cidade poderia ter um tema, com vegetação apropriada: tropical, temperada, oriental, etc. Ligando elas, uma rota permeada por pequenos canteiros construídos nas calçadas, a exemplo da idéia proposta pelos comerciantes da rua lateral do Imec.

Caminhos históricos

Uma idéia paralela seria a rota histórica. É simples: escolhe-se um trajeto que tenha alguns pontos importantes da história local e coloca-se pequenas placas contando os fatos marcantes. Para ficar mais atraente, poderíamos batizar os trajetos de “caminhos”, a exemplo do “Caminho da Compostela”, narrado por Paulo Coelho. Para diferenciar os caminhos, teríamos placas de diferentes cores.

Socializando responsabilidades

Tal idéia, longe de ser responsabilidade da prefeitura e de algumas empresas privadas conscientes do seu dever comunitário (leia-se Divinut), poderia ser socializado na comunidade. Se praças são modificadas essencialmente pelo poder público, calçadas são de responsabilidade dos proprietários dos imóveis. Arrumar as lajes do passeio é obrigação; colocar alguns canteiros de forma harmônica é o plus que se exige de uma cidadania consciente.

Vandalismo

Os pessimistas de plantão vão argumentar que em Cachoeira do Sul os vândalos impedem tais iniciativas. Bom, aí não tem outro jeito senão combater com tolerância zero. E mais. Refazer o que foi desfeito.

Taí um remédio para a baixa auto-estima cachoeirense.

Quem casa quer casa

O antigo refrão – “Quem casa quer casa” - caiu-me como uma luva ano passado. A lua-de-mel - viagem a locais paradisíacos, noite de núpcias espetacular, essas coisas - foi procedida de um retorno onde o grande sonho da união, a casa própria, apareceu.

Levar a amada para morar no *bunker*, vulgo porão, não era aconselhável, visto que as condições insalubres que um solteiro agüenta não são próprias para um casal recém-casado. Como resultado, os passeios domingueiros acabaram sendo de visita a imóveis.

Vende-se excelente moradia

O êxodo rural, emigração de trabalhadores rurais para as cidades por conta da mecanização do campo, aumentou exponencialmente a necessidade de construções residenciais nas áreas

urbanas. As cidades cresceram e se desenvolveram carecendo de estrutura apropriada. O desenlace desta situação é o surgimento de favelas ao lado de áreas urbanas valorizadas.

Em Cachoeira do Sul foi um pouco diferente. As favelas não foram acompanhadas de um boom imobiliário, com poucas exceções, como o bairro Soares. As casas antigas sobreviveram. Algumas foram reformadas e se transformaram em belas residências. A maioria, entretanto, ou foi reformada parcialmente, se limitando a uma mão de tinta, ou foi deixada por conta. O que se vê aqui para venda são casas velhas, com sua estrutura interna desatualizada, mas supervalorizadas por seus proprietários ou pelas próprias imobiliárias.

Lei da oferta e procura

Os classificados de final de semana são repletos de anúncios do mercado imobiliário, com fotos e valor de venda do imóvel. Tem casas sendo anunciadas desde que eu cheguei a Cachoeira do Sul, há quatro anos. Antigas residências que ao longo das décadas sofreram uma depreciação aguda, próximas do Centro, são anunciadas por R\$ 50 mil ou mais.

Aqui na cidade impera uma lei da oferta e procura inversa. Quanto mais as pessoas querem vender suas casas para ir embora em busca de

emprego e quanto menos pessoas têm interesse em comprar alguma coisa aqui, mais os imóveis se valorizam ao invés de baixar de preço. O vendedor pode pedir o quanto quiser, o problema é ter alguém disposto a pagar.

Sem contra-oferta

Há várias repostas para isso. Primeiro, o proprietário do imóvel não tem para onde ir se vender a casa. É melhor pedir um valor alto e não vender do que vender barato e não conseguir comprar nada mais. Segundo, aquele que quer vender tem muitos outros imóveis e não faz questão de se desfazer por um preço abaixo do estipulado. Terceiro, o vendedor pede uma avaliação para a imobiliária que joga o valor para as alturas. Quando a imobiliária recebe uma oferta muito abaixo da sua avaliação, não repassa ao proprietário. Aí fica aquele círculo vicioso de anunciar o imóvel, não vender e não baixar o preço.

A consequência disto tudo é previsível. O dinheiro não tem pátria, foge para onde haja possibilidades de ganhos.

Nova lei de Gerson

Se não ganho o que quero ninguém leva nada.

HCX Prefeitura

Se tem uma coisa que ninguém mais agüenta em Cachoeira do Sul é essa briga entre o Hospital de Caridade e a Prefeitura Municipal. Crônicas sarcásticas, reportagens acusativas, apedidos, etc., fazem disto uma verdadeira novela mexicana ou um filme *hollywoodiano* de quinta categoria. Ninguém me perguntou, mas sugiro uma solução pacífica. E não é nada de extraordinário, extravagante ou impossível de ser realizado. Igual ocorreu lá em Novo Hamburgo.

Todo mundo concorda que negócio comercial, tal num casamento, é uma relação entre duas partes. Neste caso, o negócio é saúde pública e as partes são o hospital e a prefeitura. Se esta relação se abala a ponto de não ser mais possível conviver, o melhor remédio é a separação. Se para o HCB não é vantagem atender pacientes do SUS, uma vez que alega não receber em dia o que acha devido, e se a Prefeitura acredita estar sendo lesada com cobranças clonadas, é melhor que o HCB pare de atender pelo SUS e a prefeitura procure outro parceiro ou, aqui está minha solução transplantada de onde venho, monte seu próprio hospital, encampando algum já existente ou construindo um novo.

Esta solução acabaria com os diz-que-me-diz-que. O HCB ficaria feliz só com seus pacientes privados e a prefeitura poderia investir o quanto dispusesse.

A saúde vai mal!

Podem maldizer o quanto quiserem a saúde pública no Brasil, falar da baixa remuneração de médicos e enfermeiras, afirmar que o preço das internações são infâmias, mas poucos médicos ou hospitais conseguem sobreviver só com saúde privada. Para o HCB, deixar de atender pacientes do SUS é abrir mão de uma significativa renda que, bem ou mal, serve para equilibrar as contas.

Em contrapartida, a prefeitura terá dificuldades para reunir verbas e montar seu próprio hospital. Terá dificuldades também de gerir o dia-a-dia do hospital, visto que médico ainda é tido como um ser a parte na criação divina, afinal detém o poder de nos curar, e lidar com eles é algo complexo, que requer mais habilidade administrativa do que política. Além disso, caso o paciente não consiga consulta ou internação, a responsabilidade será do próprio gestor público, que não terá desculpas para se abster das dificuldades e nem terá em quem colocar a culpa.

Hierarquia no atendimento

Ainda na defesa desta sugestão, um argumento importante é a necessidade de hierarquização da saúde pública. Explico. Em saúde, há procedimentos mais simples e procedimentos mais complexos. Não se manda um paciente gripado para um hospital, nem aquele que necessita de cirurgia para um posto de saúde. Cada caso deve ser tratado em local apropriado. Não que o hospital não seja apropriado para tratar de alguém gripado, mas este procedimento pode ser feito tranquilamente num posto de saúde, desfogando assim o hospital que deve priorizar o atendimento de procedimentos mais complexos, como cirurgias e doenças infecto-contagiosas.

A relação entre o posto de saúde (procedimento simples) e o hospital (procedimento complexo) deve ser extremamente afinada. Uma briga entre os gestores pode respingar nesta relação, prejudicando o atendimento. Mais uma razão para HCB e Prefeitura se divorciarem.

Acidente de trânsito

Domingo desses, 15 h 40 min. Aguardo o sinal abrir na David Barcelos com Juvêncio Soares. Uma Fiat Pálio branco força ultrapassagem por um pequeno espaço no lado esquerdo. O sinal

abre e ele vê que não é possível. Arrancamos. O motorista afobado ultrapassa a todo vapor, desta vez pela direita. Assim vai ziguezagueando em alta velocidade.

Algumas ruas acima, um pouco antes da Dona Hermínia (logo depois tem a Rede Super), um carro dá passagem ao Pálio transloucado que ultrapassa pela esquerda. Entretanto, depara-se com uma motocicleta que dá sinal para dobrar à esquerda. Como vem a mil, tenta travar em vão. Levanta fumaça dos pneus. Como resultado, colhe o motociclista que rodopia uma ou duas vezes antes de se estatelar no chão.

Eu parei, apesar de estar quase no horário do meu ônibus. Vi que o motociclista sangrava um pouco no lábio. Perguntei a ele se estava tudo bem e dei meu endereço para me procurar, caso precisasse de testemunha. Segui adiante despreocupado, pois logo na esquina passava a viatura da Brigada Militar.

Registrando a ocorrência

Alguns dias depois o rapaz me procurou. Me contou que o tal motorista que bateu na sua traseira era um taxista e o Fiat Pálio era de outra pessoa. A viatura da Brigada Militar logo encostou. O motociclista desconfiou que o taxista

tivesse um pouco grogue, talvez por conta de um almoço em família, churrasco e cerveja, essas coisas.

Um parente seu, que logo chegou no local, ouviu o praça da Brigada dizer para o taxista que “ia dar uma força pois sou teu conhecido”. Por isto, não o encaminhou para exame de embriaguez. Tampouco encaminhou o motociclista para um exame médico, para ver se tinha algum ferimento. Ficou por isso: tudo certo e nada resolvido.

Acertando as contas

Na hora do acidente, o proprietário do veículo disse que ia pagar todo prejuízo. Ia acertar “numa boa”. O motociclista mandou a moto para a concessionária. Orçamento: R\$ 380,00. Mandou a conta e esperou, esperou... Recebeu como resposta, alguns dias depois, que estava muito caro. “Mas você não disse que era só uma sinaleira?”, alegou.

Agora quer “acertar”. Não significa pagar o prejuízo, mas pagar só parte dele.

Coisas nossas

Bebida e trânsito, definitivamente, não combinam. Nem sei se o taxista estava embriagado. Pelo modo como forçou ultrapassagem, pode até ser. Para isto existe um procedimento a ser tomado. Encaminhar para

exame, ambos envolvidos. Se desse positivo, tanto na embriaguez quanto no que se machucou, o problema seria “mais embaixo”. Porque não foi? Coisas de cidade pequena, onde todo mundo conhece todo mundo e as amizades afetam as relações profissionais.

E quanto a não pagar o prejuízo? Dizem que o Judiciário é vagaroso. Pois bem, o acúmulo de trabalho para poucos servidores é uma parte da explicação. A outra é o fato das pessoas não cumprirem o acordado e deixar por isso mesmo. Aí a saída é ingressar com uma ação. Coisas nossas...

Correios

Foi-se o tempo em que enviar uma carta era algo rápido. A demora no atendimento, pelo menos aqui na agência dos Correios de Cachoeira do Sul, tornou-se padrão. Num dia desses esperei das 11 h 37 min e 5 seg. (cf. tíquete) até às 12 h 18 min para comprar cinco míseros selos. Pelo tempo gasto, 41 min, teria sido mais rápido entregar as cartas pessoalmente.

Isto tem várias explicações. Uma delas é o fato de eu ter ido num horário em que todas pessoas comuns costumam ir, próximo ao meio-

dia. Como a maioria trabalha, decerto que gastar o tempo do almoço para ficar em fila auxilia na dieta de emagrecimento.

Banco Postal

Outra explicação para a demora no atendimento é a associação dos Correios com o Bradesco, criando o serviço de Banco Postal. Um dos caixas estava abrindo uma conta para um senhor, desde a hora em que cheguei. Já falei aqui nas filas do Bradesco, na falta de respeito que o banco tem com seus clientes. Inclusive recebi um e-mail de um bancário, aqui publicada, dando a entender que fila é para pessoas de baixo nível ou ignorantes.

Parece osmose ou, para usar um termo técnico, sinergia. Assim como no banco, onde a lucratividade vem na frente da satisfação do cliente, os Correios passaram a adotar a lógica de instituições privadas. Um exemplo é o serviço de Sedex. Com a concorrência, tiveram de acelerar a entrega e baixar o preço dos serviços. Só pelo fato de ter de ficar em fila, passei a usar os serviços de entrega da Vaspex, que tem uma agência na Aníbal Loureiro. Além de mais barato, o atendimento é eficiente e imediato. Viva a concorrência!

Mas a lógica do lucro impede a contratação de funcionários. Alguns reacionários

alegam que isso é “inchar a máquina”. Por isso ter poucos caixas, mesmo em momentos de pique.

Postar uma carta simples é um serviço popular, portanto quase um monopólio. Aí não tem outra opção, é ficar na fila mesmo, com direito a almoço frio quando chegar em casa.

Poluição sonora e visual

Repito um tópico já publicado aqui. Se tem uma coisa ruim neste processo eleitoral são os carros de som tocando os jingles de campanha. Até que algumas músicas a gente ouve e sai cantarolando. O problema é que alguns cabos eleitorais estacionam seus veículos e deixam ligados os alto-falantes a todo volume. Tem um automóvel Belina cor vinho que estaciona todo sábado em frente ao Banco do Brasil e liga o som a todo volume

Alô candidato, dá uma conversada com ele, senão é tortura chinesa!

Panfletagem nos postes

Outro tópico repetido é o da panfletagem em postes. Como um produto que se vende, os candidatos querem se apresentar e estar nas mentes do eleitorado. Além dos outdoors, cola-se propaganda nos postes públicos. Sugeri de algum vereador com bom senso propor uma lei proibindo

pendurar cartazes nos postes. Nenhum deles manifestou vontade.

Sugiro outra coisa. Já que existe (ou existia) um estudo para cobrar o uso do espaço público, como postes, fios e encanamentos, o prefeito Pipa pode mandar contar as placas e emitir os carnês para os candidatos. Dinheiro líquido mas não tão certo.

Apenas bons amigos

Imperdível foi a melhor definição para o show Apenas bons amigos, na Sociedade Rio Branco, no feriado do Dia das Crianças. Ver meu irmão Carlos Henrique Selbach, Juiz do Trabalho, cantando e dançando em público, no melhor swing e balanço, me trouxe aquele orgulho saudável de quem já se sente parente de alguém que deixará impresso seu solado na calçada da fama.

A apresentação me fez lembrar do cineasta nova-iorquino Wood Allen, que dedica parte do seu tempo para se apresentar em casas de espetáculos com uma banda de jazz. Ou do gaúcho Luis Fernando Veríssimo, que costuma acompanhar uma banda com seu sax pelo Brasil afora. Outro é o Jô Soares, que toca pequenos

tambores e faz algumas poucas apresentações pela noite paulista. A relação entre todos eles - Allen, Veríssimo, Jô e Carlos Henrique Selbach - é que se destacaram em atividades profissionais das mais diversas, mas têm talento de sobra para novas empreitadas, como é o caso da música.

A banda

Assim como os famosos que citei, meu irmão também é parte integrante da banda, o que torna a idéia mais interessante. Todos se destacam em algum momento da apresentação. Não há um ícone, mas vários talentos. No vocal, Carlos Henrique cantou *Tanto Amor*, *New York, New York*, Martim Alencar cantou *Azul e Espanhola*, Luciano Leite cantou *Iolanda* e *Farinha* e Rodrigo Fieira cantou *Eclipse Oculto* e *Como vovó já dizia*, com direito a peruca e óculos escuros para lembrar Raul Seixas. O quarteto também cantou junto as músicas *Samba de Orly*, *Maria Fumaça*, *What a wonderful world*, *O pato* e *O que é o que é*, além de uma canção própria, composta por Martim Alencar, *Nosso viver, nosso cantar*.

Instrumentos: Fábio Calderaro no violão, Maiquel Fortes na bateria (cantou também a música *Just like you*), Jonatas Brasil no teclado e

piano e Denis Oliveira no baixo. Num dos momentos, os quatro tocaram uma música instrumental, onde cada um fez um solo magnífico.

Convidados

Como se fosse pouco, alguns convidados subiram ao palco. Elinor Fagundes tocou piano na música *Tanto Amor* e Amanda Pereira cantou *A festa*, com a companhia de Diego Cruz no acordeom. Espetacular também foi a dança do Promotor Vanderlei Willig e sua filha, Wana, na música nordestina *Farinha*.

Senhora Cultura

O incentivo, segundo falaram na própria apresentação, partiu da Marúcia Castagnino, Diretora do Departamento Cultural da SRB. Só podia. Com poucas verbas e muitas idéias ela tem a capacidade de fazer ferver os meios artísticos. Infelizmente, anunciaram que ela está se aposentando do cargo. Sem dúvida para vãos maiores. É o que se espera para alguém com tal capacidade e carisma.

Equipe de apoio & Patrocinadores

Na apresentação, não esqueceram de registrar o apoio incontestado da minha cunhada, Eliane Selbach. Dizem que preparou os sanduíches e agüentou a barulheira dos ensaios em sua residência. Também foram lembrados os

patrocinadores: Casas Bartz, Caixa Econômica Federal, Posto do Pingo, Moinhos Horbach e Restaurante da SRB, que ofereceu uma janta aos artistas.

Turnê

Só resta esperar o anúncio da turnê ou a segunda edição do espetáculo Apenas bons amigos. Quem sabe ano que vem!

Compras de natal

O natal está chegando, ainda mais para os lojistas que querem antecipar o espírito consumista-natalino e vender mais. Li que os shoppings de Porto Alegre não farão mais sorteios para alavancar as vendas, pois é exigido certidão negativo de débitos com a receita de todas as lojas que participem da promoção e não só do promotor do evento, no caso o shopping.

Interessante é pensar se todos as lojas de Cachoeira do Sul que oferecem algum prêmio para aquele que compra no estabelecimento têm a tal certidão. Grandes empresas, como os supermercados, até acredito. Mas as pequenas, tenho minhas dúvidas.

Penso na própria campanha do CDL, o “Leva tudo”. Pela lógica seguida em Porto Alegre, também aqui deveria ser exigido dos comerciantes

que aderiram à promoção a certidão negativa. Se assim fosse, muitas lojas ficariam de fora, inviabilizando a própria iniciativa.

Fiscalização

Não sei quem é de direito fiscalizar isso. Talvez os Promotores Públicos pudessem tomar a frente nesta questão. Se depender de denúncia de alguém para as coisas acontecerem, vai acontecer como no caso das placas dos candidatos penduradas nos postes públicos. Passadas as eleições e ainda vemos elas lá.

Fábrica de calçados

A idéia de desenvolvimento industrial para Cachoeira continua pobre e simplista. Em 2002 escrevi que a atração de indústrias calçadistas não passava de uma falsa expectativa na geração de empregos e, como queiram alguns, desenvolvimento. Para quem não se lembra, “empresários” (para mim não passavam de embusteiros) anunciaram, na época, a instalação de um complexo coureiro-calçadista na cidade, desde que recebessem em doação uns poucos 80 hectares. Escrevi que Cachoeira do Sul continuaria crescendo igual rabo de cavalo enquanto acreditasse numa solução externa, ainda mais desta estirpe.

No final dos anos 80, o anúncio da Focus Calçados já atraía muitos desempregados. Na mesma época, a Fibra Calçados se instalou na cidade, prometendo vários empregos a longo prazo, e a Ravena fechou as portas deixando vários empregados sem receber direitos trabalhistas. Portanto, trazer uma indústria de calçados para dar empregos não é novo, atual ou inédito, muito menos interessante. São só alguns exemplos da história da industrialização local que refletem quão efêmera é a política industrial municipal que se baseia na atração de indústrias estrangeiras.

Empresas de calçado são o típico estereótipo da praga de gafanhotos. Exigem para se instalar isenção de impostos, prédio, telefone, luz, água e outras tantas regalias. Quando chega a hora de retribuir, simplesmente fecham as portas, na maior parte das vezes deixando para trás débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais impossíveis de cobrar.

Irmãos Schmidt

Embora a indústria de calçados Irmãos Schmidt de Campo Bom seja uma empresa idônea, continuo afirmando que sua instalação não resolverá o desemprego em Cachoeira do Sul. Além do mais, o valor que a prefeitura deverá dar em contra-partida, com a construção do prédio e

outros incentivos, não surtirá grande impacto na economia.

Imaginei que a perspectiva empresarial do vice Hilton poderia mudar a política de desenvolvimento industrial de Cachoeira. Pelo visto, ou ele não tem muita voz no paço municipal, ou suas idéias também são de que a solução é atrair indústrias estrangeiras e entrar na guerra fiscal que não traz benefícios a nenhuma comunidade, a não ser às empresas beneficiadas.

Soluções caseiras

Sei que santo de casa não faz milagre, mas a única saída plausível é apostar nas pratas da casa. E não falo daqueles que dominam a política há vários anos, nem das empresas tradicionais, com suas unidades lúgubres, desorganizadas, estrategicamente mal localizadas, com o marketing voltado para si ao invés do cliente. Muito menos apostar nos arrozais, visto serem basicamente grandes latifúndios.

Pequenas iniciativas, grandes resultados. Ou pequenas empresas, grandes negócios. Quem sabe a agricultura familiar, industrializando o que produz. Ou as pequenas empresas (indústrias, comércio, serviços), responsáveis pela maior parte da geração de empregos no mundo.

Só faço um apelo. Vamos parar de sonhar com uma indústria de fora, que prometem desenvolvimento e não cumprem. Vamos pensar que a solução está embaixo do nosso próprio nariz e apostar nisso, para que daqui alguns anos não seja a mesma história, de expectativa e frustração.

Estacionamento

A implantação do estacionamento pago nas principais ruas da cidade é algo urgente. Tem gente que estaciona seu veículo na melhor vaga pela manhã e só retira à tardinha, depois do expediente. O mau hábito restringe o número de vagas para aqueles que precisam fazer alguma coisa no centro, como comprar, que é a razão principal da zona central.

O engraçado, se não fosse irônico, é que muitos dos que deixam seus veículos estacionados nas melhores vagas são os próprios comerciantes ou funcionários do comércio. Quem faz isso, tem preguiça de caminhar algumas quadras ou estacionam bem em frente ao estabelecimento, como se quisessem ficar vigiando o veículo.

Não sei se é medo de furto ou se ficam sonhando com uma fuga da rotina diária, proporcionada pelo automóvel. Depois, quando seus clientes reclamam que não conseguem

estacionar próximo da loja, acusam autoridades pelo descaso ou pelas “poucas” vagas.

Tolerância: 20 minutos

Em Novo Hamburgo, o estacionamento pago tem uma tolerância de 20 minutos. É simples. Quando alguém estaciona o veículo e sabe que vai demorar pouco para fazer o que tem de fazer, como pagar uma conta na lotérica ou até a prestação numa loja de roupas, não coloca o cartão. Caso tenha de ir a vários lugares ou em algum lugar que sabe que vai demorar, como entrar numa fila de banco, coloca o cartão, que vale para, no máximo, 2 horas, evitando os “espertos” que deixam o carro estacionado o dia inteiro na vaga.

A princípio parece inviável, mas funcionou a contento. O fiscal de trânsito, além de vigiar possíveis infratores, quem anda sem cinto de segurança ou atravessa sinal vermelho, passeia pelas ruas observando quem colocou ou não o cartão. Para quem colocou, ele confere a hora. Se ultrapassou as 2 horas, emite um aviso (não multa). Caso não tenha colocado, o fiscal deixa no pára-brisa um bilhete com o aviso “20 minutos”, escrevendo a hora exata. Quando passar novamente pelo veículo, confere o horário marcado e, caso tenha ultrapassado o tempo

estabelecido, emite um aviso de cobrança de estacionamento.

Alguns vão dizer que isso implicará em maior número de fiscais de trânsito. Sim, em parte. O aumento será pouco se compararmos ao retorno financeiro. Entretanto, não serão necessários muitos mais fiscais dos que já existem. O que muda é que, ao invés deles ficarem passeando despreocupadamente pelas ruas ou parados nas esquinas, olhando de forma passiva os que andam sem cinto de segurança ou não dão preferência para pedestres, eles terão de ficar atentos para os veículos estacionados.

O valor arrecadado pelo estacionamento pago deve ir, “teoricamente”, para equipar o trânsito (agentes, sinalização, etc.), e não ser desviado para saúde, educação, assistência social ou outra coisa. Isso possibilita melhorias visíveis. Além do mais, desafoga as vagas de estacionamento nas principais ruas do centro.

Para pensar na cama

Em Londres, o acesso de veículos à zona central (não estou falando do estacionamento, mas do simples acesso) é cobrado através de um sistema parecido com os parciais nas estradas.

T-Liga no ECA

A polêmica em torno do Patronato chama a atenção para o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA (Lei n. 8.069, de 13/06/90). O artigo 4º é bem interessante: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Para uns, o certo era entregar a guarda dos filhos aos cuidados do poder público; para outros, esse dever cabe, antes de tudo, à família, por mais que o poder público tenha condições de assegurar as garantias que dispõe a lei (no caso do Patronato, a polêmica era se assegurava ou não condições).

Para além da discórdia que se instalou, penso nos direitos e deveres do ECA, que deveriam atingir crianças e adolescentes da sociedade como um todo, não só aos internados numa escola agrícola.

Nesta lucubração, penso nos eventos sociais onde a idade dos frequentadores é cada vez menor. No carnaval, anos atrás, a polêmica foi da idade mínima para o baile adulto. Em poucas

palavras, os adolescentes menores de 14 anos queriam pular junto com os adultos. E os pais? Como diz a música, “tô nem aí”...

O poder público interveio no assunto, mas muitos pais não concordaram com a proibição. Preferiam ver seus filhos livres, leves e soltos num ambiente onde predomina a embriaguez e a licenciosidade.

Não pretendo dar uma de moralista. O que ocorre é que o carnaval é a festa do inverso, onde as pessoas trocam seus papéis sociais, dando asas aos impulsos reprimidos. O que entendo é que nenhum pai ou mãe tem moral para embravecer com filho alcoólatra ou drogado, depois de permitir seu livre acesso a festejos deste tipo.

E não adianta dizer que o mundo é cruel ou o Estado incompetente. O primeiro responsável é a família, ponto final. Ou se assume como pai presente e toma as iniciativas de educação através do exemplo e de atitudes firmes, ou o filho vai ter pais ausentes e acabar aprendendo com o grupo social que faz parte, normalmente liderado por outro filho desgarrado.

Esta lógica vale para eventos sociais destinados a adultos, mas onde prevalece a presença de menores, como a tal festa do “T-Liga”.

Não sei se a entrada de menores na festa foi disciplinada pelo poder público (art. 149) ou se foi cumprida a proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores (art. 81).

Isso não se costuma falar, é um tabu, até porque se aceita socialmente que o menor cujos pais tenham relativa condição econômica, freqüente tais eventos e, uma vez lá, entre no “clima” da festa.

Muitos pais deixam os filhos ir porque os filhos dos outros pais vão. E o que acontece lá não importa muito, desde que chegue vivo em casa (sem falar naqueles pais que acham graça o filho embriagar-se).

Tais questões são encobertas pelo véu da caridade, como a destinação de parte da renda para entidade de renome, como a própria Liga de Combate ao Câncer.

Ao que parece, vestimos um santo, deixando o outro nu...

T-Liga de novo no Patronato

A crônica de algumas semanas atrás, sobre Patronato, ECA e festa do T-Liga, rendeu polêmica.

A secretária da STAS, Scheila Boustany, escreveu elogiando, dizendo que sempre fizera

questionamentos como os que levantei aqui. Para ela, os pais deveriam se dar conta dos riscos que seus filhos estão expostos, trilhando caminhos muitas vezes sem volta. Numa função pública, ela se vê na obrigação de buscar soluções.

Eu acrescento que não basta a vontade do poder público, é necessário a dedicação e a presença dos pais. Ou há envolvimento, ou os filhos vão acabar sendo criados pelos outros.

Em síntese, ela pegou a idéia que eu quis passar, bem na essência.

Em compensação, li que um vereador usou a crônica na tribuna da Câmara para acusar o Prefeito pelo fechamento do Patronato.

Ou leu e não entendeu, ou agiu de má-fé, pois me limitei a apontar a polêmica.

Eu disse que para uns, o certo era entregar a guarda dos filhos aos cuidados do poder público, enquanto que para outros, esse dever caberia, antes de tudo, à família, por mais que o poder público tivesse condições de assegurar as garantias legais. No caso do Patronato, a polêmica era se assegurava ou não tais condições.

A Promotoria foi clara: quem são e onde estão as famílias dos internados? Afinal, são elas as primeiras (e principais) responsáveis; e não a Prefeitura.

A posição do vereador me parece meio anárquica: se há governo sou contra! Em outras palavras, critica tudo que o governo faz, até fazer parte do governo, aí esqueçam o que foi falado.

Por coincidência, assisti uma sessão do legislativo, onde o mesmo vereador votava sempre contrário aos projetos do governo, mesmo sem saber do que se tratava. Na hora da votação, quando chamavam seu nome, ele respondia prontamente com um “não” rotundo, depois perguntava para o colega sobre o que estava sendo votado.

Em suma, afora a polêmica questão do Patronato, que me parece estar resolvida (as famílias são as responsáveis, ainda mais num município como Cachoeira do Sul, com diversas carências econômicas e sociais), o que fica em aberto é a diminuição da idade para adolescentes participarem de eventos sociais dos adultos.

A festa do T-Liga só vem corroborar com esse consenso/aceitação social, de que com 12 ou 13 anos já é possível entrar tranquilamente em festas de adultos, acompanhados ou não por (ir)responsáveis, com aquiescência (consentimento) dos poderes públicos (Conselho Tutelar, Promotoria, Prefeitura, Juizado, etc.) e dos próprios pais.

E isso que é complicado, os próprios pais confundem liberdade com licenciosidade.

Sinal dos tempos. Até encontrar um equilíbrio, o ser humano experimenta os extremos: repressão e rigor em demasia, ou liberou geral...

Em tempo: as obras da Corsan mostram o quão é desnecessário o debate sobre sua municipalização (sem falar na contratação de um engenheiro hamburguense por R\$ 70 a hora). O que precisamos é isso: investimentos pesados. O resto é conversa para boi dormir...

Blitzkrieg

Blitzkrieg foi o modo como Hitler e seus comparsas chamaram a guerra relâmpago na Alemanha. A tática nazista consistia em atacar o inimigo de assalto, com um poder de fogo até então nunca visto. Divisões inteiras invadiam os países em questão de dias ou semanas, não possibilitando qualquer defesa.

No Brasil, o termo ganhou o diminutivo de blitz, que significa a batida policial de improviso e que utiliza grande aparato bélico. É mais ou menos a intenção da Brigada Militar de Cachoeira do Sul, nas sextas-feiras, à noite, quando coloca várias viaturas e policiais na rua

Sete de Setembro, para fiscalizar as irregularidades dos automóveis e os motoristas imprudentes.

Digo mais ou menos intenção porque a tática começa na surpresa, ou, no caso daqui, na falta dela. O dia e o local são sempre os mesmos. Todo mundo sabe antecipadamente que as sextas, à noite, a Brigada estará fazendo uma batida em algum ponto da Sete. Claro que já vi batidas em outros bate-horários e outros bate-locais. Mas as da Sete, as sextas, já fazem parte das cousas cachoeirenses, é conhecida e esperada, portanto mais uma fiscalização de rotina do que uma blitz.

É semelhante à proposta de pôr cancelas nas saídas da cidade. O assaltante não vai fugir de Cachoeira do Sul, não ao menos no momento do crime. Vai esperar alguns dias, quiçá numa casa alugada, como fizeram os assaltantes do Banrisul (sem falar que a maioria dos furtos na cidade não são feitos por gente de fora). Assim também aquele que tem veículo irregular. Vai evitar passar na Sete no horário da “blitz”.

Esta tática de batidas as sextas, à noite (que procede os Embalos de sábado à noite), acaba por deslocar grande parte do efetivo para dia e local determinado, fragilizando outros dias da semana, como se o delito tivesse hora e local certo para ocorrer.

Digo isso porque numa quinta-feira dessas, véspera da esperada “blitz”, um grupo de jovens subiu feliz e embriagada a minha rua, cantando e uivando de madrugada (1 h, aproximadamente), em direção ao Clube Comercial. Parecia ser uma daquelas gangues que assolam a cidade, detonando placas de trânsito e vidros das residências e, de quebra, espancando os notívagos.

Liguei para a Brigada, sugerindo que enviassem uma viatura. A atendente me disse que, naquele momento, a única, isso mesmo, a única viatura de plantão estava atendendo um chamado em outra parte da cidade. Insisti dizendo que um praça da Brigada poderia se deslocar do posto na José Bonifácio e flagrar a gangue na esquina do Clube Comercial. Também não dava, disse-me ela. O policial de plantão estava envolvido nas burocracias de uma ocorrência.

Que a bandidagem não leia isso, porque é só trocar horários: roubar livre na semana e descansar aos finais-de-semana.

Como todo trabalhador honesto, diga-se de passagem...

Tratoração

Interessante o modo como um livreiro participou do protesto dos rizicultores cachoeirenses semanas atrás. Ao lado dos sacos de arroz empilhados em frete à Catedral, colocou um cartucho de tinta de impressora. Queria comparar o preço da saca de arroz (R\$ 18,00) com o do cartucho (R\$ 136,90), mostrando a diferença entre o minúsculo cartucho frente ao enorme saco de arroz.

Disse pouco e falou tudo. É uma maneira simples de mostrar o quanto o arroz, e os produtos agrícolas de uma maneira geral, são desvalorizados no mercado. Faz tempo que outras regiões descobriram que o campo não produz riquezas suficientes para engordar o PIB e partiram para a industrialização, ao invés de vender seus produtos in natura. Já venho batendo nesta tecla desde que cheguei aqui em Cachoeira do Sul, afinal sou de Novo Hamburgo, região tipicamente industrial.

Anos atrás, fui o único a criticar os aventureiros que se colocavam na condição de “curtidores” e “calçadistas”, que diziam querer investir milhões na região, com a instalação de um curtume e uma fábrica de calçados. Disse, na

época, que era impensável que um grupo industrial com tamanho capital não dispusesse de quantia suficiente para adquirir alguns hectares de terra. Isso, por si só, demonstrava o quão fajuta era a vontade de instalar algo aqui.

Essa idéia de trazer indústrias de fora é de uma pobreza extrema. Apesar disso, entra governo, sai governo e se continua a apostar neste sonho. As indústrias que vêm de fora são verdadeiras “catedrais do deserto”, “caçadores de dotes”, não criam nada ao redor de onde se instalam, não trazem nenhum desenvolvimento ao território, só se aproveitam do subsídio e do baixo custo do trabalho. Quando chega a hora de trazer algum retorno, simplesmente fecham as portas, levam o maquinário, deixando desemprego e desestruturação na comunidade.

Aos que pensam em emprego e renda para Cachoeira, sugiro que enriqueçam a idéia de desenvolvimento. O poder público tem sua parte a fazer, qualificando a mão-de-obra, fomentando o empreendedorismo (financiando ou a intermediando financiamentos), reduzindo impostos de quem já está instalado aqui e quer ampliar suas atividades, essas coisas que trazem verdadeiro retorno.

Aos que reclamam do preço baixo da saca de arroz, sugiro não vender. Estoquem o produto. Não tem silos? Construam! Não tem capital para estocar? Economizem! Não querem estocar? Industrializem o arroz. Não falo em descascar e vendê-lo ao consumidor. Falo em inventar alguma coisa para fazer, como biscoito, massa ou outra coisa que agregue valor.

Só não argumentem que falta dinheiro na região. Li esses tempos que os cachoeirenses teriam R\$ 100 milhões depositados em poupança. Isso é mais que suficiente para desencadear um processo de industrialização.

Claro que traz riscos, mas o mundo vive disso!

Quem não quiser arriscar, não fique chorando por aquilo que não mereceu ganhar.

Quem não arrisca, não petisca... sábio ditado popular.

Impresso no sistema *on-demand*, tiragem de
300 cópias, em papel Reciclato-Suzano
90 g/m² (miolo) e 240 g/m² (capa).

Capa off-set - Gráfica Print-Color
Cachoeira do Sul